

# Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche

Capital financeiro, trabalho e *questão social*



*Conselho Editorial da  
área de Serviço Social*

Ademir Alves da Silva  
Dilséa Adeodata Bonetti  
Elaine Rossetti Behring  
Ivete Simionatto  
Maria Lúcia Carvalho da Silva  
Maria Lucia Silva Barroco

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Iamamoto, Marilda Villela

Serviço social em tempo de capital fetiche : capital finan-  
ceiro, trabalho e questão social / Marilda Villela  
Iamamoto. — 9. ed. — São Paulo : Cortez, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-1345-7

1. Assistentes sociais - Brasil 2. Capital (Economia) 3. Pro-  
blemas sociais 4. Serviço social 5. Serviço social como profissão  
6. Trabalho e classes trabalhadoras I. Título.

07-8639

CDD-361.3

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Serviço Social 361.3

**Marilda Villela Iamamoto**

# **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**

**Capital financeiro, trabalho e *questão social***

**9ª edição**

**2ª reimpressão**

 **CORTEZ  
EDITORA**

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: capital financeiro, trabalho e *questão social*  
Marilda Villela Iamamoto

*Capa:* Márcia Carnaval

*Preparação dos originais:* Jaci Dantas

*Revisão:* Viviam Silva Moreira

*Composição:* Linea Editora Ltda.

*Assessoria editorial:* Elisabete Borgianni

*Assistente bilíngüe:* Priscila F. Augusto

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© 2007 by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil — setembro de 2019

Para Yan Toshio e Clara Miyuki, meus netos, condensação de todos os afetos e da alegria de viver.

Ao Paulo e Maria, Ronan e Dora, irmãos e amigos, síntese de aconchego, generosidade e cumplicidade na vida.

À Masuko Yamamoto (*in memoriam*), em nome da família Yamamoto, símbolo de determinação, sabedoria e delicadeza.



*Razão por que fiz?  
Sei ou não sei. De ás, eu pensava claro,  
Acho que de bês não pensei. [...]  
O senhor pense outra vez,  
Repense o bem pensado. [...]*

Guimarães Rosa\*

---

\* Rosa, G. *Grande sertão: veredas*. In: *João Guimarães Rosa*. Ficção completa em dois volumes, v. II. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994, p. 83 e p. 75.



## Sumário

Prefácio □ José Paulo Netto .....	13
Introdução .....	19
<b>Capítulo I</b> □ A sociabilidade na órbita do capital: a invisibilidade do trabalho e radicalização da alienação .....	47
1. Trabalho e (re)produção das relações sociais na teoria de Marx .....	59
2. Desvendando o fetiche: a visibilidade do trabalho e os processos de alienação .....	71
2.1. A produtividade do capital: trabalho produtivo e improdutivo .....	72
2.2. A propriedade capitalista e a renda fundiária .....	89
2.3. O capital fetiche .....	93
3. Capital financeiro na expansão monopolista .....	100
<b>Capítulo II</b> □ Capital fetiche, <i>questão social</i> e Serviço Social .....	105
1. Mundialização da economia, capital financeiro e <i>questão social</i> .	108
2. <i>A questão social</i> no Brasil .....	128
2.1. Particularidades da formação histórica brasileira e <i>questão social</i> .....	128
2.2. <i>Questão social</i> no Brasil contemporâneo .....	142

3. Sociabilidade capitalista, <i>questão social</i> e Serviço Social .....	155
3.1. Preliminares .....	155
3.2. <i>Questão social</i> e Serviço Social .....	167
3.2.1. O debate francês sobre a <i>questão social</i> .....	172
3.2.2. O debate na literatura profissional brasileira recente .....	181
3.3. Serviço Social e as respostas político-institucionais à <i>questão social</i> .....	195
<b>Capítulo III</b> □ A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social .....	209
1. Rumos da análise .....	210
1.1. A condição de trabalhador assalariado .....	214
1.2. O projeto profissional .....	222
2. Conquistas e desafios da herança recente .....	234
3. O debate sobre as particularidades do trabalho do assistente social .....	245
3.1. Um balanço crítico de <i>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil</i> .....	246
3.2. A tese do sincretismo e da prática indiferenciada .....	264
3.3. A tese da identidade alienada .....	283
3.4. A tese da correlação de forças .....	293
3.5. A tese da assistência social .....	301
3.6. A tese da proteção social .....	311
3.7. A tese da função pedagógica do assistente social .....	315
4. Fundamentos do Serviço Social: percurso de duas décadas ....	331
<b>Capítulo IV</b> □ O Serviço Social em tempo de capital fetiche .....	335
1. Trabalho e sociabilidade .....	339
1.1. O debate sobre o processo de trabalho: o sujeito em cena	339
1.2. Trabalho e indivíduo social .....	346

1.2.1. A forma histórica de individualidade social na sociedade burguesa .....	355
1.2.2. Processo capitalista de trabalho e indivíduo social .....	375
1.2.3. Classe e cultura .....	393
2. O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche ....	414
2.1. O trabalho do assistente social .....	414
2.2. Ensino universitário e a formação acadêmico-profissional .....	432
2.3. A pós-graduação em Serviço Social e os rumos da pesquisa .....	452
Bibliografia .....	473



## Prefácio

*José Paulo Netto*

Abrir, na condição de prefaciador, as páginas do livro de uma Amiga é sempre algo arriscado. A tensão é óbvia — de uma parte, o comprometimento do afeto: a cumplicidade e o companheirismo construídos ao longo de décadas é um convite ao elogio quase inevitável; de outra, a responsabilidade intelectual: a exigência da seriedade que impõe o rigor do juízo cuidadoso. Este risco, sabem-no todos que já o correram, às vezes convida à diplomática leniência que é tão comum entre os cordiais colegas da academia.

Não é a minha situação neste caso preciso. E por duas razões elementares. Em primeiro lugar, os vínculos medulares que nos ligam, a Marilda e a mim — vínculos que datam de quase trinta anos —, nunca inibiram ou travaram o claro aflorar das nossas divergências e discrepâncias teóricas e políticas. Estivemos (e estamos) do mesmo lado naquilo que é o principal: a trincheira socialista e proletária nas lutas de classes; e isto com o lastro de uma arraigada pretensão de prolongar a inspiração marxista. Esta sólida ancoragem nos permitiu enfrentar com lucidez (e delicadeza, quase sempre) as interpretações e avaliações distintas que fizemos (e fazemos) de referências teóricas, bem como de impedir que opções partidárias (quando existiram, e existiram por longo tempo!) e profissionais diferentes nos separassem. Numa palavra, nossa amizade e nossos laços afetivos nunca es-

camotearam os diversos caminhos que trilhamos na busca do que, ambos, estamos convencidos (observe-se que uso o verbo no presente) ser a superação possível, viável e necessária da ordem do capital, pondo fim à “pré-história da humanidade”, no rumo da sociedade que configure o ingresso na verdadeira “história humana”.

Mas é a segunda razão a mais decisiva: sinto-me, na condição de prefaciador deste livro, inteiramente confortável *porque ele é a mais densa e substantiva contribuição que, do ponto de vista marxista, procura iluminar o Serviço Social contemporâneo no Brasil*. Isto é: a avaliação que faço deste livro não deriva, nem muito menos é caudatária, das relações pessoais e intelectuais que tenho para com Marilda — antes, ela decorre da qualidade intrínseca da reflexão e da crítica exemplares plasmadas em *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*.

Considero que, no campo específico do Serviço Social, Marilda elaborou uma obra, e não apenas publicou livros expressivos. Desde a parte sob sua responsabilidade no já clássico *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (lançado originalmente em 1982, em parceria com Raul de Carvalho), passando por *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos* (1992) e *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998), Marilda ofereceu para a solução dos problemas teóricos e profissionais do Serviço Social a mais sistemática e coerente chave heurística. Dentre todos os intelectuais vinculados ao Serviço Social que vieram (e vêm) produzindo desde o último terço do século passado, Marilda se peculiariza por ter construído uma *interpretação histórico-crítica* da profissão que, pelo seu caráter inclusivo, supera amplamente quer as análises endogenistas, quer as explicações sociologistas do Serviço Social: sua abordagem macroscópica permite seja a compreensão da função sócio-ideológica da profissão, seja a apreensão das suas particularidades operativas. A fecundidade e o peso do contributo de Marilda podem ser facilmente aferidos, entre outros indícios, pelo fato de muitas das suas formulações terem passado a constituir parte não pequena daquilo que podemos chamar de *bom senso* na cultura profissional.

A trajetória intelectual de Marilda sofre uma clara inflexão, porém, no seu livro de 2001, *Trabalho e indivíduo social*. Neste texto fundamental, Marilda

deslocou-se do campo do Serviço Social e, de modo explícito, ingressou frontalmente no debate da teoria social: partindo do pretexto de uma pesquisa de campo que realizou nos anos oitenta, com vistas ao seu doutoramento, enfrentou diretamente a questão da sociabilidade fundada na atividade do trabalho. Para além de todas as outras considerações que este ensaio brilhante pode estimular, ele me parece importante por assinalar o trânsito que marca um giro no desenvolvimento da reflexão de Marilda: com este ensaio, ela se pôs abertamente no terreno da teoria social *stricto sensu*. É em *Trabalho e indivíduo social* que, a meu juízo, Marilda avança na sua intimidade com o legado marxiano, incorporando, ademais d'*O Capital*, as geniais determinações dos *Gründrisse*...

O livro que agora o leitor tem em mãos é um retorno ao Serviço Social. No entanto, Marilda não se restringe a desenvolver as idéias seminais que foram divulgadas pela primeira vez em *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, tal como o fizera nos livros de 1992 e 1998. O tratamento da profissão, no volume que ora se publica, é mais apurado e aprofundado, mais criativo e instigante. Penso que o salto qualitativo (porque é mesmo de salto qualitativo que se trata aqui) resulta muito mais que do amadurecimento de Marilda — que, eu diria, se encontra hoje em plena madurez intelectual —; resulta, na minha avaliação, da incorporação que, nos últimos anos (e, por isto, o significado da inflexão registrada em *Trabalho e indivíduo social*), ela operou da marxiana crítica da economia política. O Marx com que Marilda trabalhou em 1982 era, fundamentalmente, o d'*O Capital* (especialmente do Livro 1); nos últimos anos, o conhecimento desta pedra angular amplia-se com o domínio *inteiro* d'*O capital* e também dos *Gründrisse* — e isto faz toda a diferença.

Trata-se de um retorno ao Serviço Social, evidenciado especialmente nos capítulos segundo e terceiro, marcante ainda no capítulo final, com claras preocupações de ordem institucional — mas me atrevo a interpretá-lo também como uma despedida. O temerário da interpretação (o tempo dirá se ando mal em termos de futurologia...) é óbvio, mas não me inibo de formulá-la: cruzada pela autora a fronteira da preocupação teórico-profissional para o terreno da expressa teoria social, o Serviço Social será deslocado na prossecução das investigações de Marilda. Não é casual a própria

arquitetura formal desde livro: ele se abre com um debate sobre o movimento *contemporâneo* do capital e só depois faz o foco incidir sobre o Serviço Social. Porém, estou convencido de que a abertura do texto não atende à demanda de construir uma “moldura”, um “cenário”, para a análise subsequente do Serviço Social (seja em face de seu desenvolvimento teórico recente, seja em face das fontes a que este recorre, seja em face, ainda, dos desafios e das faticidades — mormente no âmbito da formação acadêmica — especificamente profissionais). Ao contrário: o movimento *contemporâneo* do capital, trazido à consciência teórica no primeiro capítulo, atravessa todas as páginas que se lhe seguem — da crítica às concepções acerca da “questão social”, da análise dos formuladores brasileiros, até o exame das condições da formação profissional em tempos de privatização alargada e de aviltamento da educação superior.

Que não haja dúvidas: o personagem principal deste livro é *o capital em seu movimento contemporâneo*. O Serviço Social é um ator coadjuvante — e, por favor, não entendam por isso que o Serviço Social é aqui secundário; muito ao contrário: desfruta de excepcional privilégio. Já referi acima, *en passant*, e cabe declará-lo alto e bom som: a análise de autores brasileiros, aqui realizada por Marilda (ademais do destaque que cabe à sua argumentação sobre o exercício profissional do assistente social), oferece o mais articulado sumário da produção brasileira e da funcionalidade sócio-ideológica dos anos posteriores à emergência do que um dia designei como “intenção de ruptura” com o conservadorismo.

O essencial deste livro, todavia, *transcende* largamente as fronteiras do Serviço Social: é uma ambiciosa tentativa de atualizar a crítica marxiana da economia política, com uma interpretação de Marx que assenta numa perspectiva ontológica da tradição teórica por ele iniciada. É neste sentido que, visualizando aqui o Serviço Social como coadjuvante, ousou vislumbrar que, a partir deste livro, Marilda — cuja produtividade intelectual com certeza prosseguirá intensamente nos próximos anos — avançará no enfrentamento da problemática da crítica da economia política. Para afirmá-lo em poucas linhas: a “despedida” significa que, tendo dito o essencial sobre o Serviço Social, Marilda vai daqui por diante confrontar-se com outros objetos. Verifica o leitor, pois, que julgo este livro a culminação do tra-

balho de Marilda no campo do Serviço Social e a promessa (já adiantada em *Trabalho e indivíduo social*) de elaborações profícuas no âmbito mais largo da teoria social.

Cumprasse assinalar o caráter polêmico deste livro — e, também aqui, acrescento: trata-se do mais polêmico dos livros de Marilda. Este caráter é flagrante nas análises e apreciações que Marilda opera e enuncia sobre a produção desenvolvida no âmbito do Serviço Social; muitos dos seus juízos serão, certamente, objeto de discussão — na escala, porém, em que são cuidadosamente fundados, essa discussão, se conduzida para além de critérios paroquiais e provincianos (tão comuns entre nós), seguramente haverá de ser enriquecedora. Mas a polêmica maior, penso, deve incidir sobre o que chamei de “personagem principal”: a concepção que Marilda tem do movimento contemporâneo do capital — polêmica, é óbvio anotar, que ultrapassa de longe as problemáticas afetas ao Serviço Social (ainda que sobre elas se refrate fortemente).

De um lado, a *interpretação* da textualidade de Marx por Marilda — como, aliás, *toda* interpretação — pode se constituir em alvo de debate. Analistas qualificados poderão discrepar da leitura que ela realiza dos escritos marxianos e eu mesmo não subscrevo a totalidade das suas teses, conclusões e inferências. Mas todo leitor que percorrer estas páginas com seriedade haverá de creditar à autora os méritos de um extremo cuidado na argumentação, de uma notável honestidade intelectual, de um sólido esforço para realizar uma crítica imanente compatível com a grandeza das fontes. Por outro lado, conhecedores da tradição marxista poderão increpá-la pela marginalização de interlocutores que seguramente contribuiriam para aprofundar (e/ou problematizar) linhas de análise que ela explora para compreender o capitalismo contemporâneo — penso em textos emblemáticos do passado (Rosa Luxemburgo, H. Grossmann) ou em fontes menos remotas (por exemplo, a bibliografia anglo-americana pós-Dobb/Sweezy/Baran ou, para ficar no terreno que é o da minha preferência, a *Ontologia...* do último Lukács). Essa polêmica maior, porém, se se desenvolver, tão somente realçará a relevância deste livro: comprovará, mais uma vez, a gravitação que a obra de Marilda exerce, indo muito mais além das fronteiras do Serviço Social.

Suponho — como se diria nas fazendas de Minas Gerais, bem ao gosto e ao estilo pessoal de Marilda —, após estas mal traçadas linhas, que o leitor deste livro terá compreendido por que, prefaciando o livro da minha Amiga, não me vejo constrangido nem em posição de risco. Se a Amiga é ótima, o que não passa de assunto privado, o livro é excelente — e este, sim, é tema de interesse público. E não é todos os dias que temos em mãos um livro excelente.

Que ao leitor ele ofereça bom proveito.

*Recreio dos Bandeirantes, RJ*  
setembro de 2007

## Introdução\*

No real da vida  
as coisas acabam com menos formato,  
nem acabam. Melhor assim.  
Pelejar por exato dá erro contra a gente.  
Não se queira. Viver é muito perigoso...  
*Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas\*\**

---

\* As revisões do material pré-existente, a produção de textos e a preparação desta publicação foram realizadas como atividade principal do projeto de pesquisa: *Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil. 2003-2006* (Leitura crítica das concepções que fundamentam a política social), com aprovação e financiamento do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — e do Programa PROCIENCIA da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este projeto desdobra-se em outras iniciativas nesta universidade: o Programa de Estudos e Pesquisas: *Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e o Centro de Estudos Octávio Ianni* (CEOI), sob a coordenação desta autora. O presente estudo é parte das atividades do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre o Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), aprovado e financiado pela CAPES — Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

\*\* Rosa, G. *Grande sertão: veredas*. In: *João Guimarães Rosa. Ficção completa em dois volumes*, v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 59.

É certo que me repito,  
é certo que me refuto  
e, que, decidido, hesito  
no entra-e-sai de um minuto.

C. D. Andrade, Confissão\*

O presente livro nasce sob o crivo da polêmica teórica e político-profissional sob vários aspectos: afirma a centralidade ao fetichismo que impregna radicalmente a sociabilidade capturada pelo capital e a inversão sujeito-objeto que o caracteriza — a humanidade a serviço de coisas sociais mercantis, ao invés destas estarem a serviço das necessidades sociais. Tem a ousadia de apresentar uma análise presidida pelo legado de uma teoria social de Marx no contrafluxo das tendências predominantes, que vigoram na academia. Assegura a pertinência dessa teoria para pensar os dilemas da sociedade aprisionada no circuito das finanças, e o Serviço Social em tempo de capital fetiche. E estabelece, ainda, um diálogo crítico com a literatura profissional recente brasileira elaborada sob inspiração daquela tradição intelectual, construído ao longo de anos no âmbito da pesquisa e da docência no País e no exterior.

Este livro propõe-se a uma análise do Serviço Social processo de (re)produção das relações sociais *no movimento global do capital*. Prioriza o redimensionamento do trabalho e da sociabilidade no tempo presente, presidiados pelos mistérios dos fetichismos, que o capital assume na sua forma mais mistificada: *o capital que rende juros*, cunhado por Marx de *capital fetiche*. Ele apresenta-se numa relação ensimesmada consigo mesmo, como fonte autocriadora de valor, obscurecendo as cicatrizes de sua origem, isto é, suas relações com a apropriação de trabalho excedente não pago — ou mais-valia — que alimenta a reprodução ampliada daquele capital. Consuma assim sua aparência, enquanto coisa: capital-dinheiro que produz capital-dinheiro acrescido, como se este aumento brotasse da mera propriedade, dissociando a forma jurídica do contrato do seu conteúdo, o qual impulsiona o seu crescimento dependente da produção e da apropriação da mais-valia social.

---

\* Andrade, C. D. Confissão. In: *Carlos Drummond de Andrade. Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983, p. 441.

Nesse quadro, os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, enquanto produtos do capital. A hipótese analítica é que o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana, que se encontra na raiz da *questão social* na era das finanças, na qual o capital, em luta contra a sua crise, torna-se um “espectro de si mesmo”, como anota Finelli (2003), parafraseando Marx: oculta e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo interior que o gera e reproduz.

A mundialização financeira, em suas refrações no País, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes, atingindo as condições e relações sociais, que presidem a realização do trabalho profissional.

O capital expande sua face financeira integrando grupos industriais associados às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimento coletivo e fundos mútuos) que passam a comandar o conjunto da acumulação. Na busca incessante e ilimitada do aumento exponencial da riqueza quantitativa — o crescimento do valor pelo valor —, os investimentos financeiros tornam a relação social do capital com o trabalho aparentemente invisível. Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado (cada dia mais restrito e seletivo) para produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem as desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais, potenciados pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes maiorias.

O *propósito* que move essa análise é reunir subsídios para elucidar o significado da *questão social* em tempo de capital fetiche: particularidades que assume no Brasil contemporâneo, no lastro da formação histórica bra-

sileira, dilemas de sua qualificação teórica e seu debate no Serviço Social. Mas é também um de seus objetivos centrais *entender o exercício profissional como uma especialização do trabalho social na sociedade sob a égide do capital financeiro* com o intuito de decifrar impasses e dilemas que, nesses “tempos de aflição e não de aplausos” (nos termos do poeta Ledo Ivo) incidem no trabalho e na formação profissionais. Assim, no tocante à *profissão*, recorre-se a uma leitura crítica de parcela da produção teórica recente soldada pela teoria social crítica e áreas fronteiriças referente aos fundamentos do trabalho do assistente social, produzida no País nas décadas de 80, 90 e nos anos 2000. Procura-se atribuir visibilidade aos diferentes ângulos sob os quais os autores consideram a natureza da profissão e seu significado no processo de reprodução das relações sociais: teses sustentadas e fontes teóricas que orientam o percurso das elaborações. Nesse trajeto, realiza-se um intento de crítica teórica, de parca tradição nessa área acadêmica, permitindo identificar a riqueza teórica do conjunto da produção considerada, seus fios de complementaridade e dissonâncias e indicar sendas abertas à pesquisa no Serviço Social.

O intuito é identificar avanços acumulados e desafios da herança recente para a agenda da pesquisa direcionada ao *trabalho do assistente social*. Busca-se articular a profissão — e o respectivo projeto profissional do Serviço Social no País — ao seu processamento, no qual a condição assalariada salienta-se como um determinante essencial da profissionalização do assistente social na sociedade contemporânea (Iamamoto, in: *Iamamoto e Carvalho, 1982; Netto, 1992*).

Na órbita da *formação profissional* — e tendo por base as alterações incidentes na universidade brasileira, que imprimem uma lógica mercantil e empresarial a essa instituição consoante as recomendações dos organismos internacionais —, *pretende-se atribuir destaque ao quadro atual do ensino universitário na área de Serviço Social*, que condensa e atribui visibilidade àquelas reorientações. Salientam-se suas repercussões na qualidade da formação acadêmica e no redimensionamento do mercado de trabalho para o assistente social. Complementando esse quadro, é apresentado o terreno da pós-graduação e da pesquisa na área de Serviço Social, com base em dados oficiais recentes, problematizando a agenda temática da pesquisa em vigor.

Preliminarmente, cabe registrar que este livro é uma *versão revista e ampliada* da tese do mesmo título apresentada, em 2005, para fins de inscrição em concurso público para preenchimento de vaga de Professor Titular do Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).<sup>1</sup> Esse esclarecimento se faz necessário porque os requisitos estabelecidos para a tese condicionam as características assumidas pela presente publicação. Ela dispõe de um *caráter inédito*, mas é também um trabalho de *síntese da produção anteriormente acumulada*. Incorpora elementos de textos publicados em veículos de menor circulação, redimensionados no corpo desta obra,<sup>2</sup> assim como extratos de capítulos de livros anteriormente difundidos, estes últimos identificados ao longo da exposição.

Entretanto, o texto que ora submeto à apreciação pública, *não é um texto de ocasião*, mera formalidade para atender às exigências acadêmicas para ingresso em um concurso público universitário. Ele forma parte e é expressão de um *projeto intelectual em construção*, cujo marco inicial é o livro em co-autoria com Raul de Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, editado, pela primeira vez, em 1982, hoje em sua 21ª edição. Aquela pesquisa teve por objeto o Serviço Social, enquanto profissão no contexto de expansão do capitalismo, na sociedade brasileira, no período de 1930 a 1960, o que impõe a atualização histórica da análise. Volta-se agora ao *processamento da ação profissional*; adequando-o ao novo cenário sob a hegemonia das finanças e seu fetiche. O tema da reprodução das relações sociais é retomado como um problema a ser elucidado, tratado no movimento do capital no seu conjunto, privilegiando suas refrações na análise da *questão*

---

1. Após aposentadoria, como Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em dezembro de 1997, no governo Cardoso — em razão de perda permanente de direitos adquiridos a que vem sendo submetido o funcionalismo público, em decorrência da chamada “reforma do Estado” sob orientação neoliberal — atuei, na qualidade de professora visitante, em universidades do Brasil e da Argentina. Nesse lapso de tempo, o maior período foi dedicado à UERJ, onde, durante quatro anos, participei ativamente da consolidação do mestrado em Serviço Social em suas atividades de ensino, pesquisa e intercâmbios; na revisão do Programa de Pós-Graduação, com a construção da proposta do curso de doutorado; e na reestruturação do projeto pedagógico do curso de graduação de Serviço Social dessa Faculdade.

2. Considerando que os extratos originam-se de publicações de minha própria autoria e estando esses elementos diluídos ao longo da análise neste livro, aquelas publicações não foram objetos de referência especial.

*social*, do exercício profissional e da formação universitária. Assim, o *Serviço Social em tempo de capital fetiche* representa um momento de aprofundamento, atualização e desdobramento daquela proposta analítica sobre a profissão no tempo presente.

No estudo anterior, a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, nos marcos da teoria social crítica, é entendida como reprodução *da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições*. É reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Aquele processo inclui a reprodução da vida material e espiritual, ou seja, das formas de consciência social — jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas — através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade.

Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da *questão social* nessa sociedade, que se expressa sob inéditas condições no atual contexto histórico.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído; *é também criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho, que aprofundam desigualdades e criam novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder político e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. Trata-se, pois, de uma noção aberta ao vir a ser histórico, à criação do novo*. Ela captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes que as constituem, as formas mistificadas que as revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alie-

nação pela ação criadora dos homens na construção da história. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social e procurar identificar como o Serviço Social participa no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Assim, pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa afirmar que ele participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade — cria o terreno sócio-histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. Tem-se, portanto, a presença de forças sociais e políticas reais — não mera ilusão — que permitem à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Sendo a profissão atravessada por relações de poder, dispõe de um caráter essencialmente político, o que não decorre apenas das intenções pessoais do assistente social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua.

Aquele estudo partia do suposto que a compreensão das determinações históricas das condições e relações sociais, que tornam o Serviço Social possível e necessário na sociedade capitalista, poderia iluminar o significado social desse tipo de especialização de trabalho coletivo, para além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso; e elucidar sua necessidade social e contribuição ao processo contraditório de reprodução da sociedade. A construção da análise foi presidida por uma preocupação metodológica central, aqui reafirmada: desvendar por que, na sociedade do capital, as relações sociais entre pessoas, enquanto portadoras de interesses de classes, aparecem como relações entre coisas. Os sujeitos desse processo são submersos para transparecer, na superfície da sociedade, as mercadorias que possuem e por meio das quais se relacionam. O propósito era elucidar a articulação das relações sociais e as formas sociais por meio das quais necessariamente se expressam e, simultaneamente, encobrem o seu conteúdo mais substancial. Essa proposta se repõe no presente livro ao

defrontar-se com um contexto social e profissional distinto e requer atualização no campo dos fundamentos do Serviço Social.

A compreensão acerca dos *fundamentos do Serviço Social* parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados e construídos ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social; o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como o envolvimento no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais como achados conclusivos da pesquisa. Esses, ao contrário, são materiais a serem submetidos ao crivo da crítica teórico-metodológica, redimensionando o seu significado no jogo das forças sociais.

Essa concepção é inspirada em uma tradição cultural que, ao privilegiar a história, reconhece não serem as categorias teóricas, com as quais se procede a análise, fruto de uma formulação autônoma e aleatória do processo de pensar. Ao contrário, as categorias teóricas são entendidas como expressões, na esfera da razão, *de modos de ser, determinações da existência*, dadas na realidade efetiva. (Marx, 1974a: 27). Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método — não se reduzindo a pautas de procedimentos para o conhecer e/ou o agir — expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento. Requer que os fenômenos e processos sociais sejam re-traduzidos na esfera do pensamento, que procura aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações, isto é, em seu processo de constituição e de transformação, pleno de contradições e mediações (em sua totalidade).<sup>3</sup>

---

3. Sobre a categoria da totalidade, ver: Marx (1974a, 1977c); Lukács (1974); Coutinho (1994).

Desvendar a profissão é, também, elucidar a *herança cultural* a partir da qual se constrói a explicação sobre o seu fazer, expressa no discurso profissional. O Serviço Social não surge como parte da divisão do trabalho entre as ciências, ainda que produza investigações que adensam o acervo das ciências sociais e humanas, hoje inscrito no circuito oficial das ciências sociais aplicadas. O Serviço Social afirma-se como uma profissão, que vem respaldando seu exercício, sistematizações, saberes e a produção científica acumulada por seus pesquisadores no acervo intelectual e cultural herdado fundamentalmente do pensamento social na modernidade,<sup>4</sup> sofrendo, hoje, os influxos da *crítica pós-moderna*.

Essa concepção sobre os fundamentos do trabalho do assistente social é radicalmente histórica e aberta a um vivo acompanhamento crítico do universo cultural e político contemporâneo. Ela impulsiona uma formação culta e universalista, capaz de propiciar uma leitura do exercício profissional que apreenda suas características nas múltiplas determinações e relações em que se constitui; e voltada para sedimentar uma teleologia historicamente fundada e calcada em valores e princípios éticos<sup>5</sup> que norteiam a formação de competências e habilidades necessárias à sua operacionalização.

A leitura do trabalho do assistente social no âmbito das relações sociais capitalistas supera os influxos liberais, que, ainda hoje, grassam as análises sobre a chamada “prática profissional” como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Nessas, os processos históricos são reduzidos a um contexto distinto da prática profissional, que a condiciona “externa-

---

4. Em seus primórdios, o Serviço Social estabeleceu uma interlocução privilegiada com o pensamento social católico e com o pensamento conservador europeu, tendo se secularizado em estreita aproximação com as concepções estrutural-funcionalistas difundidas nas Ciências Sociais e Humanas norte-americanas, além da incorporação de rudimentos da Psicanálise. A aproximação teórica da profissão ao universo diferenciado da tradição marxista ocorre tardiamente, a partir de meados dos anos 60, na América Latina, no bojo do conhecido “movimento de reconceituação do Serviço Social”. Instaura-se, a partir de então, uma tendência ao *debate plural* no campo da idéias no meio acadêmico do Serviço Social. Assim sendo, é impossível decifrar a profissão independente do diálogo crítico com o acervo intelectual, que vem alimentando, historicamente, a cultura profissional, estabelecendo distintos parâmetros de qualificação da profissão e de sua função na sociedade.

5. Cf. CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. In: CRESS — 7ª Região. *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, maio 2000.

mente”. A prática é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços — o “cliente” —, com frágil conhecimento das expressões da *questão social* e das políticas sociais correspondentes. Essa visão a-histórica tende a subestimar o rigor teórico-metodológico na análise da sociedade e da profissão, — desqualificado como “teoricismo” — em favor das versões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda. Nessa perspectiva, reivindica-se que a formação universitária privilegie a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades — centrando-se no *como fazer* — a partir da justificativa de que o Serviço Social é uma “profissão voltada à intervenção no social”. Este caminho está fadado a criar um profissional que, aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. O assistente social fruto dessa formação corre o perigo de ser reduzido a um mero “técnico”, delegando aos outros — cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas etc. — a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com a profissão.

Assim, a condução do trabalho profissional tende a oscilar entre o *voluntarismo messiânico*, que superestima os propósitos do sujeito individual e as possibilidades transformadoras da profissão, como se a determinação da vida social fosse um produto da consciência; e o *fatalismo*, fruto de uma naturalização da ordem do capital dotada de um caráter perene, resultando numa visão perversa da profissão, que a ela deve se adequar.

Na década de 80, sob o impulso das lutas políticas na defesa da democracia e dos direitos sociais, afirma-se a maioria acadêmica dos assistentes sociais impulsionada pela pós-graduação, pelo crescimento do mercado editorial e por uma fértil produção acadêmica que ultrapassa os muros profissionais, permitindo uma interlocução teórica, no mesmo patamar, com áreas conexas de maior tradição na pesquisa social.

A preocupação aqui expressa com o Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais desdobra-se, atualmente, na busca de apreender o processo de realização desse trabalho especializado — ou seja, o trabalho vivo — como atividade do sujeito, no âmbito da organização social e técnica do trabalho nas condições e relações sociais conforma-

das pela mundialização financeira. O fio que conduz a presente análise é o *trabalho*, em suas indissociáveis dimensões de trabalho útil e trabalho abstrato, permitindo articular e ampliar um conjunto de determinações e mediações que foram alvo da literatura brasileira recente voltada à fundamentação do Serviço Social.

O diálogo crítico no campo dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos necessários ao Serviço Social, transversal a esta obra, é expressão da *autonomia intelectual* que se requer de um pesquisador em sua maturidade acadêmica e profissional. Extrapolando uma síntese da produção acumulada, realiza-se uma *interlocução intelectual e política* com o conhecimento coletivamente construído e historicamente determinado. Cabe ao intelectual *fazer perguntas, romper as barreiras das especialidades* e assumir o *desafio de construir a crítica teórica* que alimenta o avanço da produção científica. Ela impõe um trabalho rigoroso: apropriar-se, com fidelidade, das propostas dos interlocutores e da lógica que preside suas elaborações; identificar os interesses sociais que elas veiculam, a relação que essa produção estabelece com o pensamento social de sua época, identificando as condições sócio-históricas que impõem limites e possibilidades da atividade científica. Esse foi o esforço efetuado.

A motivação que funda a presente análise parte da hipótese de que a concepção de profissão na divisão social e técnica do trabalho, apresentada pela autora, em 1982, tornou-se de domínio público, mas não os seus fundamentos. Entretanto eles indicam um percurso teórico-metodológico capaz de elucidar o significado social do exercício profissional do assistente social na divisão social e técnica do trabalho coletivo: como ele participa do processo de produção e reprodução das relações sociais. Daí a necessidade de retomá-los, incorporando e ampliando a abordagem anterior, tendo em vista recolher elementos que permitam atualizar e fundamentar a *leitura do trabalho do assistente social como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade presente*.

Em relação à análise de minha autoria, contida na primeira parte do livro *Relações Sociais e Serviço Social*, existe um elo de *continuidade e de superação*. A *continuidade* está na busca de atribuir visibilidade à *alienação*, indissociável do capital como relação social reificada, reposta do pensamento fetichista que transforma as relações sociais, baseadas nos elemen-

tos materiais da riqueza em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação social em coisa, expressa no equivalente geral, o dinheiro. Ou seja, na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção, mais as relações sociais se alienam dos próprios homens, confrontando-se como potências externas que os dominam. Essa inversão sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão da histórica da auto-alienação humana. Resulta na progressiva *reificação* das categorias econômicas, cujas origens encontram-se na economia mercantil.

A *superação* consiste em efetuar a leitura da reprodução das relações sociais *no processo global do capital social total*, em que cada capital constitui fração autonomizada do capital social na sua totalidade. Assim, a reprodução envolve o processo imediato de produção e a fase de circulação, seu ciclo periódico que constitui a *rotação do capital*, em que se produz e reproduz as correspondentes relações de produção e de distribuição. O processo de produção no seu fluxo permanente de renovação é também o seu processo de reprodução: desenvolve as forças produtivas sociais do trabalho e o capital frente ao trabalhador como riqueza alheia que o domina e é por ele produzido e reproduzido de forma ampliada. No mesmo movimento desenvolve sua pobreza, subordinação subjetiva e inconformismo. Cresce o proletariado laborioso, ao mesmo tempo em que são criadas as condições materiais de uma vida social conformada de maneira nova.

Este livro, em seu capítulo de abertura, *A sociabilidade na órbita do capital: a invisibilidade do trabalho e radicalização da alienação*, trata de um tema determinante e de maior abstração: o caráter da sociabilidade sob a órbita do capital, no domínio de sua face financeira e seus fetichismos — “essa religião da vida diária” —, que radicaliza antagonismos, desigualdades e lutas sociais condensados na *questão social*. A reprodução das relações sociais é tratada no seu vir a ser, como totalidade histórica não acabada, resgatando o movimento global do capital, seu ciclo ininterrupto de produção, distribuição, troca e consumo. Essa ampliação da abrangência da análise, antes centrada privilegiadamente na esfera da produção, permite apreender os fetiches presentes na totalidade das formas de produção e de distribuição da mais-valia social: lucro comercial e industrial, o juro e a renda da terra, partes do mesmo trabalho social materializado produzido pelo trabalhador coletivo.

O valor produzido anualmente divide-se em capital e rendas (renda do solo, lucro e salário), o que supõe o capital como relação social. Atribui-se especial relevo à mistificação do processo social de produção tal como se consoma na forma irracional e alienada das fontes de rendimento: “capital-juro”, “terra-renda” e “trabalho-salário”, apresentadas independentes entre si, desvinculando as relações de produção das de distribuição, e obscurecendo o fato dessas fontes de rendimento serem partes do trabalho social materializado.

O texto indaga sobre as abordagens correntes sobre *trabalho e reprodução das relações sociais, tomadas como um dado* e não como um *problema a ser elucidado* — o que se encontra na base de muitos dos dilemas da análise do trabalho do assistente social. Verifica a freqüente redução do trabalho na sociedade burguesa a *trabalho concreto* — ao seu processo técnico-material — esvaziado de sua dimensão de trabalho abstrato, marca do caráter social do trabalho nessa sociedade; a reiterada *segmentação entre produção* — reduzida ao trabalho fabril nos moldes clássicos — e a *reprodução*, restrita a um de seus elementos, a reprodução da força de trabalho; o *trabalho restrito ao trabalho material*, como transformação imediata da natureza, segmentada da forma assumida pelas relações sociais que lhe dão vida, resvalando nas armadilhas da reificação: a materialização das relações sociais e a personificação das coisas.

Esses descaminhos incidem na arena profissional. Sobressai, aí, a tendência majoritária de tratar as particularidades da profissão e do trabalho concreto do assistente social na divisão social e técnica do trabalho social — necessária às diferenciações entre as profissões — elidindo, entretanto, suas implicações no circuito da produção e distribuição do valor e/ou da mais-valia, como se a “forma-valor fosse um mero cerimonial” na sociedade presente.

Para a elucidação desses dilemas realiza-se um resgate da teoria do valor trabalho na obra de Marx. Seu ponto de partida é o trabalho — e não o valor — e a estrutura da sociedade mercantil, *onde o caráter social do trabalho só pode expressar-se no valor mercantil*. O trabalho que *cria valor* é uma forma histórica específica de trabalho: o *trabalho concreto*, que produz valores de uso e satisfazem necessidades sociais “do estômago ou da fantasia” (Marx, 1985b, t. I, v. I). Abstraídas as particularidades dos trabalhos úteis,

resta a objetividade das mercadorias enquanto valores na medida em que são expressão da mesma unidade social: trabalho humano em geral ou trabalho abstrato socialmente igual — e não fisiologicamente igual — em que cada hora de trabalho corresponde a igual parcela do trabalho total da sociedade. Na sociedade mercantil, o trabalho concreto de produtores privados, de qualidade determinada, só se mostra igual ao trabalho dos demais, quando igualado por meio da troca dos produtos. *O trabalho abstrato supõe a igualação social de diferentes tipos de trabalho, que se realiza na forma específica de igualação dos produtos do trabalho na troca.* Nela, ao mesmo tempo em que se confirma o caráter útil do trabalho corporificado nos produtos — que devem ter um valor de uso para outros —, realiza-se a equivalência de valores contidos nos produtos do trabalho, atestando o seu caráter de trabalho social. Ela supõe abstrair as formas úteis assumidas pelo trabalho concreto, útil, contido nas mercadorias, permitindo que o trabalho aí presente surja como gelatina de trabalho humano indistinto, parte alíquota do trabalho social médio: trabalho humano abstrato.

Assim, o trabalho como fenômeno social, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, só pode *expressar-se* por meio da *forma do valor ou valor de troca*. Só no processo de troca o trabalho privado se confirma como trabalho social — *mostra o seu caráter geral* — o que supõe um equivalente geral, o dinheiro, que permita trocar trabalho privado por outro trabalho privado. Em outros termos, na sociedade mercantil o trabalho privado só se mostra social por meio do valor de troca que o revela como trabalho abstrato, parte de uma mesma massa social de trabalho homogêneo. Exatamente por isto, o valor de troca não é mero acessório na leitura de qualquer tipo de especialização do trabalho, não sendo suficiente pensar o trabalho do assistente social como mero trabalho concreto, na qualidade que o diferencia de outros tipos de trabalho.

No intuito de desvendar os *fetiches* presentes no processo de produção e reprodução do capital como relação social é considerada: a) a “*produtividade do capital*”, ou *como, e por meio de que, o trabalho se manifesta como trabalho produtivo e improdutivo frente ao capital*, recorrendo-se para tanto ao conjunto dos extratos da obra de Marx sobre o tema; b) a *propriedade fundiária e renda fundiária*; c) o ápice da *fetichização presente no “capital-dinheiro” que rende juros* — o “*capital fetiche*”, nos termos de Marx. Ela representa a

mera propriedade do dinheiro como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro à margem do processo de produção, obscurecendo seu caráter antagônico frente ao trabalho.

O debate sobre *trabalho produtivo e improdutivo* — um dos mais controversos da leitura de Marx — é enfrentado mediante uma leitura do tema no conjunto da obra do autor. Esse debate também objetiva acumular elementos para uma leitura do significado social do trabalho do assistente social nas particulares relações sociais em que se inscreve — no Estado, nas empresas capitalistas, nas instituições filantrópicas, nas Organizações Não-Governamentais e em organizações dos trabalhadores —, suas implicações enquanto trabalho produtivo ou improdutivo.

A produtividade do capital, expressão da força produtiva do *trabalho e das condições de seu desenvolvimento* aparece socialmente ao reverso: como obra do capital contra o trabalho, como poder do trabalho materializado sobre o trabalho vivo. Indaga-se: como e por meio de que o trabalho manifesta-se como produtivo para o capital? Trata-se do trabalho produtivo de mais-valia. Considerando o caráter cooperativo do trabalho, a noção de trabalho produtivo *amplia-se*, pois para trabalhar produtivamente exige ser membro de um trabalhador coletivo, executando uma de suas funções. Mas a noção *se retrai* porquanto a produção capitalista não é só produção de mercadorias, mas de mais-valia. Ora, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capital, que serve à autovalorização do capital no processo real de produção, o que não envolve qualquer relação entre atividade e efeito útil, porque é um atributo que não diz respeito ao caráter concreto do trabalho. Trabalho produtivo é o que se troca por dinheiro enquanto capital, ou o que se troca diretamente pela parte variável do capital (investida em salários), que não só a repõe, mas cria um valor novo, produz uma mais-valia para o capitalista (produtividade relativa e não absoluta: não só reproduz o valor do capital adiantado na compra da força de trabalho). Trabalho improdutivo é o que é trocado por renda: salário ou lucro (incluindo juro, renda fundiária e lucro comercial). Os custos de circulação — tempo de compra e venda — representando a transferência de propriedade são necessários à realização do valor. Mas o trabalho afeto aos custos de circulação não cria mais-valia, embora o assalariado produza tanto trabalho necessário, por meio do qual lhe é transferido parte do produto

social sob a forma de salário, quanto trabalho excedente, pois parte de seu tempo de trabalho é apropriada gratuita pelo capital comercial em sua função de realização do valor. A lei geral é a de que os custos de circulação — que só se originam de uma *transformação formal da mercadoria* — não agregam valor ao capital. Não se incluem aí os custos de conservação da mercadoria — formação de estoques e transporte —, em que o caráter produtivo do trabalho é apenas “ocultado” pela forma de circulação.

O texto referencia o debate de Marx com Adam Smith sobre o tema, visto que muitas interpretações difundidas como de Marx se referem, de fato, a Smith. Existem duas posições contrapostas presentes na concepção de Adam Smith: a) trabalho produtivo é o que produz capital, na linha tratada por Marx; b) é o trabalho que se *realiza em mercadoria*, em objeto duradouro, e apenas repõe o valor consumido, um ponto de vista muito mais elementar do que aquele que produz capital. Aí Smith lê a *produção capitalista com mera produção de mercadoria*, destituindo a particularidade do capital como relação social e *privilegia a diferença material entre mercadoria e serviços*, confundindo forma social com forma material. Como alerta Marx, quando se fala em mercadoria fala-se de uma existência figurada, puramente social que nada tem a ver com sua realidade corpórea. A mercadoria é representada por determinada quantidade de trabalho social — expresso no dinheiro —, sendo possível que o trabalho concreto não deixe nela qualquer marca, como no caso dos produtos agrícolas.

Outro destaque importante no capítulo de abertura refere-se à leitura de Marx sobre o *capital que rende juros*: o capital dinheiro aparece na superfície numa relação consigo mesmo, como fonte independente de valor, pois o juro aparece como brotando da mera *propriedade* do capital, separada de sua função econômica, quando se completa a figura fetichista do capital. Sendo o juro parte da mais-valia, a mera divisão desta em lucro e juro não pode alterar sua natureza, sua origem e suas condições de existência, como alerta o autor. A forma de *empréstimo* é peculiar à circulação do capital como mercadoria: a diferença específica do capital portador de juro. O empréstimo é uma transação jurídica em que a propriedade do capital não é cedida, pois não há compra e venda. Há apenas uma *cessão provisória* do capital, para posterior reembolso do capital valorizado: seu valor acrescido de mais-valia sob a forma de juro, mantendo o capital a relação original com seu

proprietário. O juro representa a possibilidade de o proprietário do capital monetário apropriar-se de parte do lucro médio, alienando temporariamente o valor de uso de seu capital dinheiro: seu poder de funcionar como capital e produzir mais-valia.

Marx anota que, ainda que a taxa de juros seja determinada pela taxa geral de lucro e suas flutuações, com o desenvolvimento do sistema de crédito, a taxa de juros torna-se independente da taxa de lucro. O crédito passa a ser condição do fluxo ininterrupto da produção, da redução do tempo de circulação, da ampliação da capacidade de consumo além de mediar o nivelamento da taxa de lucro. Ao manter separados os atos de compra e venda, o crédito estimula a *especulação sem limites*. Os papéis de crédito são especulativos porque apostam na receita esperada calculada por antecipação; estabelecem uma relação com o trabalho alheio existente e futuro, como é o caso das ações. O *negócio bancário* é analisado por Marx como o que concentra grandes massas de capital monetário e unifica os mutuários: fundos de reserva dos produtores e comerciantes, rendimentos a serem consumidos, poupança em dinheiro inativo de todas as classes, que juntos tornam-se poder monetário.

Também o tema da *dívida pública* é objeto de consideração em *O Capital*, de Marx: o credor de títulos de dívida contra o Estado tem direitos sobre as receitas anuais do Estado, produto dos impostos, que aparecem como juro para o credor. Apesar de a dívida pública aparecer no mercado como mercadoria e meio de acumulação de capital, o que se tem é o *capital ilusório ou fictício*. A soma emprestada ao Estado já foi despendida — embora não como capital — e, quando os títulos da dívida pública tornam-se invendáveis, desaparece a aparência de capital. Aí toda a conexão com o processo real de produção perde seu último vestígio. Outro contra-senso é o que parece ocorrer hoje nos fundos de pensão: a poupança de salário — trabalho necessário — passa a atuar na formação de capital fictício, como capitalização.

No crédito, o capital, ao colocar-se diferente dos capitais individuais, o caráter social da produção encontra sua mais clara expressão. O crédito suprime obstáculos à valorização e, ao mesmo tempo, eleva-os à sua forma mais geral, ao criar ciclos de superprodução e subprodução que se encontram nas raízes das crises do capital. Ele eleva a ordem capitalista a sua

forma suprema, aproximando-a de sua dissolução para decepção dos “ilusionistas da circulação”.

A teoria de Marx é antecipatória de muitos dos desdobramentos históricos da ordem capitalista que, dispondo de componentes inéditos, preserva-se e complexifica sua natureza determinante.

Extrapolando essa leitura clássica sobre o capital portador de juro, no intuito de ir lançando luzes para pensar o presente, procede-se à caracterização do capital financeiro na expansão monopolista, fruto da fusão entre o capital industrial e bancário, segundo a teoria do imperialismo, de Lênin (1976).

O segundo capítulo, *Capital fetiche, questão social e Serviço Social*, traz um esforço inédito de articular *questão social e capital financeiro* nos marcos da transnacionalização do capital. Orienta-se pela *hipótese* de que na raiz do perfil atual assumido pela *questão social* no Brasil encontram-se as políticas de favorecimento das instituições dos mercados financeiros e das empresas multinacionais como forças que capturam o Estado, as empresas de menor porte e o conjunto das classes sociais, que passam a assumir os ônus das ditas “exigências dos mercados”. Ainda que o fetichismo das finanças as apresente como potências autônomas frente à sociedade, elas só são operantes se existe produção de riqueza, que passa a contar com o apoio do Estado, como esteio do capital privado, que tem a função de administração das crises com políticas anticíclicas.

Para dar sustentação a essa diretriz analítica, faz-se uma incursão no debate sobre a mundialização financeira, um modo de estruturação da economia mundial, que se torna espaço do capital. Ao mesmo tempo em que ela impulsiona a tendência à *homogeneização* — dos circuitos do capital, dos modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo — apóia-se na completa heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais. Acelera o desenvolvimento desigual, aos saltos, entre empresas ramos de produção da indústria, entre nações, e, no seu interior a transferência de riqueza entre classes e categorias sociais, que se encontra na base do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial da flexibilidade das relações de trabalho e do desmonte dos sistemas de proteção social. A desregulamentação iniciada na esfera financeira invade o mercado de trabalho e todo o tecido social na contratendência

do desenvolvimento lento e da superprodução endêmica em uma onda longa com tonalidade recessiva, nos termos de Mandel (1985). Essa análise recorre ainda às contribuições de Chesnais (1996; 1998; 2001) e Husson (1999), dentre outros.

Nesse novo contexto, os bancos perdem o monopólio da criação de crédito para os *grandes fundos de investimentos* (seguros de vida, fundos de previdência privada por capitalização, fundos mútuos de investimento, administradores de carteiras e títulos). Alia-se o *crescimento da dívida pública*, ampliando o capital fictício, com juros exorbitantes perante o produto interno bruto dos países. O capital financeiro avança sobre o fundo público e os investimentos especulativos no mercado acionário das empresas apostam na extração da mais-valia presente e futura dos trabalhadores para alimentar a lucratividade das empresas segundo padrões internacionais. Sobressaem, nesta direção, as políticas de gestão, o enxugamento de mão-de-obra, a intensificação do trabalho e o aumento da jornada; os estímulos à competição entre trabalhadores, dificultando a organização sindical, os chamamentos à participação e a mais ampla regressão dos direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados.

As feições assumidas pela *questão social* são indissociáveis das responsabilidades dos governos, nos campos monetário e financeiro, e da liberdade dada aos movimentos do capital concentrado para atuar sem regulamentação e controle, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizar na esfera financeira e especulativa. Reafirma-se a hipótese antes referida que o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz da questão social na era das finanças. Atesta o caráter radical da alienação que conduz à invisibilidade do trabalho — e dos sujeitos que o realizam — subordinando a sociabilidade humana às coisas: ao capital dinheiro e ao capital mercadoria, potenciando, simultaneamente, as contradições de toda ordem e as necessidades sociais radicais.

A sugestão é que a mundialização financeira unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma isolada e autônoma: a “reforma” do Estado, a reestruturação produtiva, a *questão social*, a ideologia neoliberal e as concepções pós-modernas.

O texto trata as particularidades da formação histórica brasileira que se refratam na *questão social* na atualidade, pois, se a lei geral da acumulação opera independentemente das fronteiras nacionais, traz a marca da história que as concretiza, como já sugeria Netto (2001). Neste sentido, colocam-se em relevo as *desigualdades de temporalidades históricas* em que velho e novo se articulam, imprimindo um ritmo particular ao processo de mudanças no País. Desenvolvimento desigual apreendido em sua acepção clássica como desigualdade entre desenvolvimento econômico e social e entre tempos desiguais nas mudanças materiais e culturais, entre o ser e o parecer. Acentua como um dos pilares das desigualdades a feição antidemocrática da revolução burguesa no Brasil (Fernandes, 1975), que se expressa como *contra-revolução burguesa permanente* nos termos de Ianni (1984a) ou como *revolução passiva* (Coutinho, 1989): os grupos dominantes reagem às efetivas pressões transformadoras que vêm de baixo e incorporam demandas populares, alimentando uma “democracia restrita”: da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital. As particularidades históricas do liberalismo no Brasil fazem com que as idéias de universalismo, de liberdade do trabalho, de igualdade perante a lei coexistam historicamente com a escravatura, o arbítrio e o favor. O interesse privado torna-se medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social, terreno favorável ao neoliberalismo, como acentua Chauvi (1995a).

No Brasil contemporâneo, a *questão social* que assume proporções de um *desastre social* (Soares, 2003), ilustrada com dados referentes aos Governos Cardoso e Lula da Silva, que referendam as hipóteses supracitadas.

No que concerne às relações entre *questão social* e *Serviço Social*, faz-se uma leitura crítica dos expoentes da “escola francesa” (Castel; Rosanvallon e Fitoussi; Paugan) dada às amplas repercussões desse debate no universo dos assistentes sociais e na gestão das políticas públicas. O texto recorre ainda a um resgate do debate sobre o tema na literatura profissional recente (Netto, Yazbek, Pereira, Costa, Serra e Faleiros), situando as polêmicas aí presentes no lastro das diretrizes curriculares definidas pela, hoje, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Finalizando essas reflexões, são abordadas as respostas político-institucionais à *questão social* que trazem as marcas de projetos para a sociedade, aí situando a inserção dos assistentes sociais e as respostas profissionais.

O terceiro capítulo, *A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social* propõe-se a uma interlocução crítica com parcela representativa da literatura brasileira das três últimas décadas, sob inspiração da tradição marxista e de entonação hegeliana, voltada às particularidades do Serviço Social na divisão do trabalho e suas refrações no exercício profissional. Procura-se atribuir visibilidade às posições defendidas pelos autores quanto à natureza da profissão e ao significado do trabalho do assistente social: teses defendidas, fontes teóricas e resultados das elaborações. Nesse processo, é estabelecido um diálogo fraterno com interlocutores situados no interior do mesmo campo político profissional, cujas produções são orientadas por diversas angulações teóricas, no âmbito da teoria social crítica e áreas fronteiriças (Hegel, Marx, Gramsci, Lukács). Como a ótica de análise, que informa a revisão dessa literatura, é a perspectiva que situa o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais (Iamamoto, 1982a), também foi incluído um balanço dessa elaboração.

A hipótese que orienta a revisão crítica é que as obras analisadas centraram sua análise no Serviço Social, enquanto *trabalho concreto, útil*, de qualidade determinada, abordado sob focos distintos: a tese do *sincretismo da prática indiferenciada* (Netto, 1991a, 1992, 1996); a *tese da identidade alienada* (Martinelli, 1989); a *tese da correlação de forças* (Faleiros, 1980a; 1981, 1987b; 1999a; 1999b); a *tese da assistência social* (Santos, 1982; Yazbek, 1993; 1999a); a *tese da proteção social* (Costa, 1995a; 1995b) e a *tese da função pedagógica do assistente social* (Abreu, 2002). Esses diferentes recortes temáticos na abordagem do Serviço Social e de seu exercício atestam uma riqueza da produção acadêmica dessa área, alertando para questões que ora se complementam, ora de distanciam na totalização da leitura das particularidades da profissão e de seus agentes, enquanto trabalho útil que responde às necessidades sociais historicamente circunscritas. Entretanto, *a análise do processamento do trabalho do assistente social nem sempre adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações*. Os restritos investimentos nas implicações da mercantilização dessa força de trabalho especializada, inscrita na organização coletiva do trabalho das organizações empregadoras, comprometem a elucidação do significado social desse trabalho — em suas dimensões de trabalho concreto e abstrato — no processo de reprodução das relações sociais na sociedade brasileira contemporânea. Assim, ao tempo em que acentua as diferenças desse trabalho perante outras especializa-

ções do trabalho social, não adquire igual visibilidade nessas análises sua unidade enquanto parte do trabalho social médio, na condição de trabalhador assalariado. O trânsito da análise da profissão ao seu efetivo exercício agrega um conjunto de determinações e mediações no trabalho profissional mediado pela compra e venda dessa força de trabalho especializada às instituições empregadoras de diferente natureza: estatais, empresariais, organizações privadas sem fins lucrativos e representações de trabalhadores. Essas relações estabelecidas com sujeitos sociais distintos condicionam o processamento do trabalho concreto cotidiano e significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregna essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado. Eles restringem, em graus variados, a autonomia profissional na direção social desse exercício, com incidências na sua configuração técnico-profissional.

A exposição coloca em relevo a conjugação entre trabalho assalariado e projetos profissionais em disputa na categoria profissional, indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores, nos marcos da renovação crítica do Serviço Social, brasileiro, quando a profissão se re-configura num forte embate com o tradicionalismo profissional. O projeto profissional norteado por princípios radicalmente humanistas na contracorrente do clima cultural prevalecente, e que adquiriu hegemonia no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, é matéria de análise. Consta ainda deste capítulo um breve balanço das conquistas e desafios do legado recente da produção sobre os fundamentos do Serviço Social tendo em vista a elucidação do trabalho do assistente social.

O quarto capítulo *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*, objetiva, por um lado explicitar os fundamentos teóricos concernentes ao trabalho e sociabilidade que subsidiam a análise do exercício profissional como uma especialização do trabalho na sociedade contemporânea; e, por outro trazer uma abordagem mais diretamente vinculada às particularidades do trabalho do assistente social. Destaca-se a tensão entre uma atividade legalmente regulamentada como profissão liberal, dotada de relativa autonomia na sua condução e direcionamento social, historicamente determinada pela correlação de forças sociais e políticas; mas que se realiza pela mediação do trabalho assalariado, que atualiza no universo da profissão os determinantes da alienação do trabalho.

A tensão entre projeto profissional e condição assalariada condensa os clássicos dilemas entre teleologia e alienação, liberdade e necessidade, ação do sujeito e constrangimentos estruturais, dimensões indissolúveis do exercício profissional na sociedade capitalista, o que se radicaliza na era das finanças. Essa tensão se refrata nos diversos espaços ocupacionais e nas condições e relações em que se realiza esse trabalho; e na formação universitária de graduação, na pós-graduação e na pesquisa, cujo perfil atual é traçado em grandes linhas.

O eixo teórico central recai sobre o *trabalho em seu processo de realização* como atividade do sujeito vivo: condições, meios, formas materiais e sociais assumidas. Trabalho que, sendo o selo distintivo de humanidade dos indivíduos sociais na construção de respostas às necessidades humanas, é portador de projetos a realizar, transformando simultaneamente o sujeito e a realidade. Entretanto, nas condições em que se realiza na sociedade do capital — e, em particular, na cena contemporânea —, o trabalho é subvertido no seu significado mais fundamental. A auto-objetivação do sujeito metamorfoseia-se na sua própria negação, na perda do controle de sua atividade e de seu tempo de vida, subordinada a finalidades que lhe são estranhas. O reconhecimento das condições e relações sociais por meio de que esse trabalho é realizado, não é sinônimo exclusivo de submissão às orientações do mercado. Apenas como parte de um *trabalhador coletivo* que busca afirmar seus interesses e necessidades sociais, o assistente social pode avançar na construção de um projeto profissional socialmente referenciado em propostas abrangentes das classes sociais para a sociedade. Propostas que potenciem a relativa autonomia do profissional no contexto particular das relações de poder e de classe por meio das quais se realiza esse trabalho especializado. Este, em suas características particulares, encontra-se sujeito às mesmas determinações que afetam a coletividade dos trabalhadores na atualidade, nas específicas condições que constituem as classes trabalhadoras no País.

No tratamento do tema merece destaque a historicidade de uma forma de constituição da individualidade social — ou de produtividade humana — em que os nexos entre os produtores é reificado, soldado por meio da universalização da dependência em relação às coisas materiais. Dependência esta mediada pelo dinheiro como poder privado, que passa a repre-

sentar a comunidade universal, autonomizada dos indivíduos. A sociedade da mercantilização universal tende ao mais alto grau de expansão das forças produtivas humanas e ao desenvolvimento das disposições, capacidades, habilidades e atividades realizadas de forma limitada, porquanto alienadas. A elaboração plena do humano aparece como esvaziamento pleno do indivíduo, ainda que abra campo à emergência da livre individualidade, da universalidade efetiva de suas relações reais e ideais. Toda esta problemática requer desvendar os valores que presidem o ideário por meio do qual são elaboradas as relações entre os indivíduos no reino mercantil: liberdade, igualdade, reciprocidade e interesse privado.

Nesse contexto, teórico tem lugar a análise do processo capitalista de produção, enquanto produção de objetos úteis e de valor, com ênfase nos dilemas do trabalho. Enfatiza-se a tensão entre o trabalhador como objeto do capital e sujeito criativo vivo presidido pela articulação entre momentos de estrutura e de ação, dimensões inseparáveis do processo de constituição histórica dos indivíduos sociais. Esta mesma tensão se repõe na interpretação das classes e sua consciência, expressa em formas culturais tratadas em suas determinações econômicas e em suas dimensões ético-políticas no processo de transformação do subalterno em protagonista político. Tem especial destaque as contradições entre o ser e a consciência, entre o pensar e o agir enfeixado no debate sobre a ideologia e a cultura popular apoiada na tradição gramsciana, trazendo à luz as relações sobre classe e cultura, com ênfase na consciência das classes subalternas.

A construção dessa análise inicia-se no diálogo com a literatura recente sobre a sociologia do trabalho que reivindica a questão do sujeito, contestando a sua submersão no debate marxista contemporâneo. O percurso teórico é construído no embate com esta crítica, no intuito de atribuir visibilidade à presença do sujeito na construção marxiana. Este é o elo de reencontro com as preocupações presentes naquele debate, aqui partilhadas. Trata-se, pois, de uma abordagem construída no embate com o antimarxismo que viceja hoje na universidade, cultivado no renascimento do pensamento conservador travestido de atualidade sob o crivo da pós-modernidade. Mas também, informado pelo desconhecimento ou dificuldade de tratamento rigoroso da complexidade do legado teórico-metodológico de Marx.

Este primeiro nível de abordagem do tema trabalho e do indivíduo social, de caráter teórico-sistemático — e, portanto, de maior nível de generalidade e abstração —, é complementado com um percurso da análise, que inclui progressivamente determinações de maior concretude ao objeto de estudo.

O texto retoma chaves teóricas, apresentadas ao longo da exposição, para a análise do trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche: a tensa conjunção entre projeto profissional e trabalho assalariado, enquanto trabalho concreto e abstrato, inscrito na divisão do trabalho. Ela repõe, nas particulares condições de trabalho do assistente social, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, momentos de estrutura e de ação do sujeito.

São feitas, ainda, incursões sobre o quadro atual do ensino universitário e da formação acadêmico-profissional no seu âmbito. E apresenta um perfil da pós-graduação no País e os rumos da pesquisa na área de Serviço Social em um contexto de extensiva privatização da política educacional, submetendo-a aos interesses empresariais. A expansão exponencial das instituições de ensino superior e do número de matrículas em cursos de Serviço Social, nos governos Cardoso e Lula, sob a liderança do empreendimento empresarial privado, é hoje adensado pela regulamentação do ensino à distância. Esse crescimento indica a duplicação, a curto prazo, do contingente profissional com repercussões no crescimento do desemprego, na precarização das condições de trabalho, no aumento da insegurança no trabalho e numa preocupante despolitização da categoria profissional, com inéditas conseqüências para o projeto norteador da profissão no País. Provavelmente, estamos diante da formação de um *exército assistencial de reserva*, possível recurso para qualificação do voluntariado, reforçando os chamamentos à solidariedade. Isso impõe o acompanhamento criterioso dessa expansão recente do ensino universitário na área.

Complementando esse perfil da formação universitária, é apresentado um breve quadro da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, com base em dados primários da CAPES/MEC, de 2004, o que permite visualizar o crescimento e consolidação acadêmica da área, além de identificar as tendências atuais da pesquisa. O acervo de investigações permitiu apreender avanços significativos na diversificada pauta da pesquisa, liderada pela análise das *políticas sociais* no feixe de relações entre o Estado e a sociedade

civil. Marcam também presença temas como relações e processos de trabalho; culturas e identidades: processo e práticas sociais; famílias, relações de gênero e de geração: sociabilidade violência e cidadania; e, com menor incidência, movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular. O tema referente à formação profissional em Serviço Social — fundamentos e exercícios da profissão — não alcança o merecido destaque — ainda que com uma instigante agenda —, indicando que avanços anteriormente detectados não foram integralmente totalizados na análise do exercício e da formação do assistente social. A riqueza das determinações abordadas pelo círculo de pesquisadores da área atesta uma amplitude de visão que rompe efetivamente com qualquer endogenia na leitura da profissão. Mas parece ser ainda necessária realizar a “viagem de volta” para a apreensão do exercício e da formação profissionais em suas múltiplas determinações e relações no cenário atual. E, assim, extrair da dinâmica societária suas incidências nos fundamentos e no processamento do trabalho profissional, retomando, assim, sob novas luzes, o Serviço Social, mergulhado na tessitura das relações e contradições sociais que movem a sociedade brasileira, como objeto de sua pesquisa.

As preocupações que movem este trabalho beneficiam-se da experiência acumulada pelas entidades nacionais da categoria: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) sem as quais as reflexões aqui apresentadas não seriam possíveis. Ao longo das últimas décadas, tive o privilégio de acompanhar sistematicamente o CFESS e a ABEPSS na condição de consultora. Se as indagações que norteiam o texto foram recolhidas do debate coletivo no decurso da construção de um projeto para o Serviço Social no País, o seu desenvolvimento analítico é de minha inteira responsabilidade.

A versão preliminar desta análise foi apresentada sob a forma de tese para concurso público para o cargo de Professor Titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à *banca examinadora*, composta pelos seguintes professores: Dra. Rose Serra (UERJ); Dr. José Paulo Netto (UFRJ); Dra. Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Dra. Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP) e Dra. Suely Gomes Costa (UFF). Agradeço a leitura atenta dos originais, as preciosas su-

gestões, o privilégio de um debate de alto nível acadêmico, o respeito intelectual e a delicadeza no trato das relações interpessoais no decurso dessa rica experiência.

Expresso minha gratidão aos colegas do *Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social*, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, na pessoa da Prof. Dra. Elaine Marlowa Francisco, pela acolhida e zelo na organização do referido concurso; à *direção desta Faculdade*, na pessoa da prof. Dra. Elaine Rossetti Behring, pelo companheirismo; aos docentes e à *Coordenação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social*, na pessoa das professoras Dra. Ana Maria de Vasconcelos e Dra. Maria Inês Souza Bravo, pela estimulante experiência de trabalho coletivo; *aos meus alunos*, que instigam sempre novas descobertas, pelo prévio debate de muitos dos temas constantes neste trabalho.

Meu reconhecimento às *instituições e unidades de ensino que me acolheram ao longo do meu percurso profissional e acadêmico*; à Leila Lima Santos, ex-diretora do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS)*, que tornou possível a pioneira pesquisa sobre a história do Serviço Social no Brasil, a qual se encontra na gênese das elaborações aqui expressas; à Elizabete Borgianni, responsável pela área de Serviço Social na Cortez Editora, pela aposta neste livro; à Márcia Carnaval, pela arte da capa; à Regina C. Junqueira pela revisão das originais da primeira versão deste texto; à Ana Paula Procópio da Silva, Verônica Lopes Campos e Rossana Bossi pela dedicação e apoio técnico à viabilização deste trabalho.

Ao longo da elaboração deste estudo, contei com o apoio de meus familiares, amigos e amigas, que estiveram comigo nesses caminhos sem fim. A eles minhas homenagens, nas palavras de Guimarães Rosa:

Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase: e todos os sacrifícios.

— à Berenice Rojas Couto, Sara Granemann, Ana Maria de Vasconcelos e Elaine Rossetti Behring pelas prosas e sugestões;

— ao Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Manuel Manrique Castro, à Maria Inês Souza Bravo, Maria Rosângela Batistoni, Mariléa Venâncio Porfírio, Maria Carmelita Yazbek, Mariangela Belfiore Wander-

ley, Raquel Raichelis e Raul de Carvalho, que estiveram comigo em muitas outras aventuras acadêmicas;

— aos meus familiares: André e Karen, Yan e Clara, fontes de afeição e renovação de vida, por compreenderem as privações do convívio;

— aos meus irmãos Ronan e Dora, Paulo e Maria — e suas famílias — pelo carinho e incondicional apoio.

A todos vocês, meus agradecimentos.

Enseada de Botafogo, primavera de 2007.

Rio de Janeiro (RJ)

## Capítulo I

# A sociabilidade na órbita do capital: invisibilidade do trabalho e radicalização da alienação

*A gente tem que sair do sertão!  
Mas só se sai do sertão  
tomando conta dele a dentro...*

Guimarães Rosa\*

O convite de Antônio Cândido, em sua leitura de Guimarães Rosa, guia esta exposição: “Entremos nessa realidade fluida para compreender o sertão, que nos devolverá mais claros a nós mesmos e aos outros. O Sertão é o Mundo” (Cândido, 1994: 59).

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto-alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radi-

---

\* Rosa, G. *João Guimarães Rosa*. Ficção completa em dois volumes, v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 92.

calização do séquito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstanciadas na *questão social*, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital.

O propósito deste capítulo é retomar o debate sobre o processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na sua dinâmica contraditória, ou seja, tratar a sociabilidade sob a órbita do capital em seu movimento global. Apresenta fundamentos necessários, de um maior nível de abstração, para decifrar os dilemas do trabalho e a sociabilidade no contexto da mundialização do capital, que potencia a centralização e a concentração de capitais, capturando a economia e os Estados nacionais. No capitalismo tardio (Mandel, 1985), a financeirização da economia radicaliza o complexo dos fetichismos da vida social — esta “religião da vida diária” — e a exploração do trabalho, com seu fosso das desigualdades, impulsionando as crises. A preocupação é, então, reunir subsídios para situar as *diferenças específicas*<sup>6</sup> da *questão social* sob a hegemonia do capital financeiro, pata-mar histórico necessário para identificar o significado social do trabalho do assistente social na atualidade.

Busca-se considerar o processo de reprodução no seu vir a ser<sup>7</sup> enquanto totalidade histórica não acabada, em processo de realização. Trata-se de um conceito global,<sup>8</sup> que designa um processo complexo, denso de contradições, que não só as repete, mas as reproduz de forma ampliada, desloca-as e as modifica, uma vez que, em sua continuidade, o capitalismo transforma-se e desagrega-se. A reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os envolva. Segundo Lefebvre (1973), as relações sociais de produção envolvem contradições

---

6. “Indicar a *differentia specifica* constitui aqui tanto um desenvolvimento lógico, como a chave para compreender o desenvolvimento histórico”, como acentua Marx. (Rosdolsky, 2001: 323).

7. Retomamos aqui a temática originalmente apresentada em 1982, registrada no primeiro capítulo do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (Iamamoto: In: Iamamoto e Carvalho, 1982), aprofundada e ampliada para os propósitos deste trabalho.

8. Em 1863, Marx descobre a reprodução global, como registra em carta a F. Engels, datada de 6 de julho daquele ano, em que comenta o “Tableau Économique” de Quesnay, época em que redige *Libro I. Capítulo VI. Inédito. Resultados del proceso inmediato de producción* (Marx, 1971). Descobre que o processo de reprodução não se interrompe: reproduz suas próprias contradições, os meios de produção e de subsistência, as relações sociais e suas mistificações. Cf. Lénin (1976a: 331-335).

de classe (capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes). Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder” — a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros —, tanto aqueles onde a mais-valia é produzida, quanto aqueles em que ela reparte-se e é realizada, abrangendo o conjunto do funcionamento da sociedade. Por não ser esse um processo linear, provoca a manutenção, no essencial, das relações de produção e de propriedade e ao mesmo tempo impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, em que a natureza dá lugar ao espaço produzido. Verifica-se a regressão, degradação e transgressão no nível das relações de família, de amizade, da vida social de grupos parciais, do meio ambiente, assim como a produção de novas relações no âmbito de segmentos sociais como a juventude, os idosos, as mulheres e os trabalhadores.

O desafio, como sugere o autor, é romper com a *naturalização da noção de reprodução*, tal como ocorre na versão do marxismo estrutural-funcionalista em que o processo tende a ser substituído pela estrutura, colocando a coerência acima das contradições.<sup>9</sup> Lefebvre sugere, ainda, que apontar como se reproduzem as relações de produção não significa sublinhar a coesão interna ao capitalismo, mas mostrar também e, sobretudo, como essas relações ampliam e aprofundam, em escala mundial, suas contradições e suas mistificações. Nesse lastro analítico, o ponto de partida é assumir *a reprodução das relações sociais como um problema a ser elucidado*, evitando que se transforme em rotina como se fosse uma questão dada.

---

9. Aí a dimensão de processo tende a ser substituída pela estrutura na “noção de modo de produção”, em que a coerência se sobrepõe à contradição. Nesse veio analítico, a noção de reprodução é reduzida ao reforço ou duplicação das relações sociais pela intervenção do Estado, por meio de seus aparelhos ideológico e repressivo. Este teria, assim, o poder de reduzir (ou resolver parcialmente) as contradições econômicas, depois de tê-las compreendido. Ao lado do Estado existiria o *nível da determinação*, no qual se manifestariam as contradições econômicas, distinto do *nível da sobredeterminação*. Este implicaria uma distância entre os interesses econômicos e políticos, como campo da ação do Estado ou instância política onde os interesses da fração hegemônica, originalmente econômicos, transformam-se em interesses políticos gerais do povo, da nação ou do país. (Lefebvre, 1972; Coutinho, 1972).

Em um outro nível de abordagem, o fecundo ensaio de Finelli (2003) traz elementos provocativos para a análise do processo de reprodução nos marcos do que denomina “subsunção real da sociedade ao capital”, traduzida na noção ideológica de globalização, enquanto categoria mítica do capitalismo.<sup>10</sup> Para o autor, Gramsci, ao discutir o “Americanismo e Fordismo” nas primeiras décadas do século XX, vê o capital (EUA) dotado de profunda liberdade e autonomia, definindo sua estrutura essencial. Essa etapa do progresso histórico do capitalismo traz novas características desse modo de produzir e de trabalhar, bem como de todo o sistema sociopolítico a ele vinculado. A estrutura (fábrica) tende a atuar como fator organizativo de toda a vida social, centro gerador não só da produção material, mas da produção de uma nova ideologia — o americanismo — e, logo, da formação da consciência social e do senso comum. O fordismo, ao racionalizar e simplificar o processo de trabalho através da eliminação de tempos e movimentos supérfluos, exige uma nova antropologia — uma humanidade nova — nos planos da ação prático-laborativa, ideológico-cultural e da auto-representação política, conseguindo centrar toda a vida do país na produção: “a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários, profissionais da política e da ideologia” (Gramsci, 2001: 247-248, v. 4). O fordismo vai além do uso da força de trabalho na fábrica, exigindo transformações na forma de vida, na moral, no comportamento da força de trabalho, no tempo do não-trabalho (questão sexual, puritanismo, lei seca etc.). Destarte, ao proceder à racionalização do processo de trabalho mediante uma transformação tecnológica e organizativa, define um uso específico da força de trabalho e da consciên-

---

10. A noção ideológica de globalização, enquanto categoria mítica do capitalismo, anuncia o mercado único, a difusão das tecnologias da comunicação através das quais as empresas poderiam produzir e vender em qualquer lugar possível, e a um preço substancialmente idêntico, a mesma mercadoria. Fala de uma economia sem fronteira, que superaria o tempo e os limites do Estado Nacional e conciliaria as diferenças e desigualdades econômicas e geopolíticas entre as várias regiões do globo, como conseqüência da força expansiva e equalizadora as mercadorias. Todavia, esconde que o capital cresce sobre si mesmo através da exploração, em primeiro lugar, das diferenças de classe e de todas as diferenças possíveis. Assim, a realidade oculta por traz do conceito estereotipado de globalização e de sua forte valência ecumênica e pacificadora revela um maior aprofundamento das assimetrias econômicas e culturais das condições gerais de vida entre classes, países, raças e continentes de nosso planeta. (Cf. Finelli, 2003: 104-105; Finelli, 2000).

cia social; e o americanismo se encarrega de difundir essa mesma racionalização no interior da totalidade social.

Para Finelli, esta genial intuição de Gramsci prefigura o que, parafraseando Marx, denomina de *subsunção real da sociedade ao capital*, isto é:

[...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo. (Finelli, 2003: 101).

A *subsunção da sociedade ao capital* é, para o autor, a substância do período pós-moderno em que vivemos, quando o capital se faz totalidade, subordinando a si a sociedade que produz e que consome. Pós-modernidade entendida não como o fim da modernidade e a passagem de uma época a outra da história e da vida social, mas como *a realização do moderno, explicitando sua verdadeira e profunda natureza* (Idem: 101). Em outros termos, a pós-modernidade seria a realização mais adequada do capital, tal como pensado por Marx, como riqueza abstrata, meramente quantitativa, que não pode ter outra finalidade que aumentar, de modo tendencialmente infinito, sua quantidade, indiferente ao mundo dos particulares — do valor de uso — das diferenças qualitativas, da satisfação do carecimento dos seres humanos.

O capital como sujeito não-antropomórfico,<sup>11</sup> no seu processo de acumulação, depende de uma série de metamorfoses (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria),<sup>12</sup> cuja necessidade não depende da escolha dos homens, mas da lei do valor e da valorização. Dada a sua nature-

---

11. O antropomorfismo é a tendência a considerar realidades não-humanas (deuses, astros, fenômenos naturais, montanhas etc.) a partir da forma (figura) do homem. Pode-se entender como algo mental, em cujo caso a forma humana é a “forma” de comportamento, pensamento, vontade e sentimento e humanos. Pode-se entender como “semelhante ao homem”, sem que se precise em que consiste a semelhança. (Ferrater Mora, 1986: 174, v. I).

12. Cf. Marx (1985b, t. II, v. III) a primeira seção: “As metamorfoses do capital e seu ciclo”.

za de sujeito abstrato, não-humano, ainda que produto da ação dos homens, *ao subordinar toda a sociedade, torna-se paradoxalmente invisível*. A potência de seu ser só pode ser percebida em seus *efeitos*: a superficialização do mundo e o esvaziamento progressivo das necessidades humanas, que se expressam, entre outras dimensões, na descartabilidade das mercadorias, no rebaixamento da emoção e da tonalidade dos afetos que dão lugar ao tédio, à repetição à insignificância emotiva, ao aumento do fosso das desigualdades de toda ordem. Operando uma intensificação do fetichismo, cria-se um mundo que,

[...] privado de autonomia e esvaziado pela lógica do capital, oculta e dissimula, precisamente por meio da superfície, de sua exterioridade, aparente e sedutora, o processo interior que o gera e reproduz continuamente [...] o domínio do capital reside no fato de ter se tornado um espectro de si mesmo. (Idem: 103).

Assim, o capital internacionalizado em amplo movimento de concentração e centralização da propriedade das empresas expande sua face financeira e especulativa, com irrestrita liberdade de operar sem regulamentações. É acompanhado da redução da capacidade contratual da força de trabalho, do aprofundamento das distâncias e desigualdades entre países do centro e da periferia. Referendado e apoiado pelas políticas imperialistas ditadas pelos organismos multilaterais, o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura. Potencia as mistificações — o mundo dos seus fetichismos —, tornando opacas as relações de exploração e subordinação política que mantém com os trabalhadores (e suas lutas), que nutrem o processo de acumulação e sua desagregação.

O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua *invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas. *Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas*

*nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais.* É necessário, portanto, um esforço de apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da *questão social* e suas múltiplas expressões, que são objeto de trabalho do assistente social.

A abordagem da reprodução das relações sociais tem sido objeto de muitos mitos no debate acadêmico contemporâneo, cujas raízes parecem encontrar-se na forma como muitos analistas, que se autoproclamam ou não marxistas, vêm vulgarizando e/ou desconhecendo a obra de Marx.<sup>13</sup> Há, pois, que retornar às fontes para iluminar questões particulares da cena contemporânea e dirimir equívocos analíticos sobre as relações entre trabalho, sociabilidade e reprodução social. No conjunto dos descaminhos a que tem sido submetido o tema, podem-se considerar duas versões.

A primeira delas está na redução da análise do trabalho na sociedade capitalista ao *trabalho concreto*, de qualidade determinada e, conseqüentemente, ao processo técnico-material de trabalho, voltado à produção de valores de uso que responde a necessidades sociais determinadas. O trabalho é esvaziado da historicidade que assume na sociedade burguesa, enquanto trabalho abstrato, indissociável dos dilemas da alienação e das lutas pela sua superação no processo social concreto. Assim, o processo de trabalho na sociedade capitalista — apoiado nas relações de propriedade que o sustentam — é reduzido à sua dimensão técnico-material, silenciando seus vínculos com o processo de valorização, isto é, com a formação de valor e de mais-valia, o que envolve as esferas da produção e de circulação. Essa redução remete à necessidade de re-visitatar a teoria do valor-trabalho, que expressa as relações sociais entre produtores mercantis, assim como seus desdobramentos históricos na constituição do capital como relação social e na transformação da mercadoria como produto do capital.<sup>14</sup> *Este é mistificado como coisa, obscurecendo o processo de (re)produção das relações sociais, atualizando velhos dilemas da economia política clássica e vulgar.*

---

13. Esta é a tônica predominante da produção brasileira contemporânea oriunda da chamada "Sociologia do Trabalho".

14. Um desenvolvimento mais detalhado deste tema pode ser encontrado no item 1: Trabalho e Sociabilidade, do capítulo IV deste livro.

A segunda versão desse reducionismo afirma uma segmentação entre produção e reprodução, em que a produção é aprisionada ao circuito fabril, lócus da classe operária revolucionária e dos tradicionais movimentos sindicais. Verifica-se uma “especialização” da produção e da reprodução. Esta é reduzida à reprodução da força de trabalho, um dos elementos do processo de reprodução, para além do espaço fabril. A reprodução estaria afeta ao consumo, considerado “fora” do movimento da produção, segundo os cânones da economia política.<sup>15</sup> Deriva daí a idéia dos “novos movimentos sociais”, tidos como alheios às determinações de classe, que só se refratariam no movimento operário e sindical.

Na trilha apontada aparece com maior sofisticação uma versão que reduz a noção de trabalho em Marx ao trabalho material, que implica uma transformação imediata da natureza, segmentada das relações sociais que o constituem. Em uma análise dualista, a produção é reduzida ao trabalho material, que transforma a natureza, abstraído das relações sociais por meio das quais se realiza, enquanto a reprodução estaria afeta às relações dos homens entre si na sua historicidade, eliminando, ao nível da análise, a processualidade contraditória do movimento do capital. Todavia, o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana que satisfaz “necessidades sociais do estômago ou da fantasia” e se desenvolve sob relações sociais de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam. Existe, pois, uma indissociável relação entre a *produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada*, isto é, a *totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular*, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto um processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de

---

15. Cf. o debate de Marx com a economia política vulgar referente às conexões entre produção, consumo, circulação e troca, na conhecida *Introdução à Crítica da Economia Política*, de 1857-1858. (Marx, 1974a).

produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, considerada segundo a sua estrutura econômica. Como todos os seus predecessores, o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais que, no entanto, são, ao mesmo tempo, portadoras de relações sociais determinadas, nas quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado, *pressupostos* e, por outro, *resultados e criações do processo de produção capitalista*: são por ele produzidos e reproduzidos. (Marx, 1985b: 272, t. III, v. V).

Reter essa dupla e indissociável dimensão da análise — a *existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realizam* — é fundamental. Obscurecer as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, autonomizando-os enquanto propriedade das coisas é cair nas armadilhas da mistificação, o que se refrata hoje em muitas análises sobre o trabalho na sociedade burguesa. Aliás, esse foi o embaraço da economia política clássica: os economistas aprisionavam sua análise na ótica do valor de uso — ou da forma técnico-material do processo de trabalho — incapazes de compreender *a forma social da riqueza, isto é, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham* (cf. Marx, 1985b, cap. 48, t. III, v. V). Razão pela qual não captavam o caráter específico do trabalho e da riqueza na sociedade do capital, pois os apresentavam como *riqueza em geral*, destituída de sua historicidade, “como se o valor de troca fosse mero cerimonial”, já anotara Marx.<sup>16</sup>

---

16. Referindo-se a Ricardo, Marx acusa-o de conceber o trabalho assalariado e o capital como “*formas sociais naturais*, não determinadas historicamente, *para a produção da riqueza como valor de uso*... Daí que não compreenda o *caráter específico da riqueza burguesa*, precisamente porque esta se apresenta como forma correspondente da riqueza em geral e, portanto, economicamente”. Ainda que Ricardo tenha partido do valor de troca, “as formas econômicas determinadas do intercâmbio não desempenham papel algum em sua economia, uma vez que só fala da distribuição do produto geral do trabalho e da terra entre as três classes, *como se, na riqueza fundada no valor de troca, só se tratasse de valor de uso e o valor de troca fosse tão-somente uma forma cerimonial*, o que, em Ricardo, desaparece inteiramente, como o faz o dinheiro, enquanto meio de circulação, na troca”. (Marx, 1980b: 272-273, v. I).

A alusão a essa problemática é fundamental, porque, ao desconsiderá-la, desfigura-se o debate sobre o trabalho e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Esse procedimento atualiza-se hoje entre intelectuais que, em nome da teoria social de Marx, discutem o trabalho enquanto valor de uso — enquanto atividade produtiva útil, em sua substância material —, independente de sua determinação formal, isto é, da historicidade das relações sociais e das formas de propriedade por meio das quais se produz na sociedade burguesa. Relações estas que são inseparáveis da forma-valor, cujas implicações são silenciadas nessas análises, o que conduz, por vias não previstas, às armadilhas da reificação: privilegiar os atributos das coisas materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam. Em outros termos, reforça-se “a materialização das relações sociais e a personificação das coisas”, “um modo de ficção sem fantasia, uma religião do vulgar”, cujas idéias são cativas da produção capitalista e só refletem sua aparência superficial (Marx, 1974a). Reiteram-se os mesmos equívocos da economia política e sua lógica, embora em nome da teoria social crítica. A argumentação — e seus sofismas — tende a ser presidida pela lógica formal e evolutiva na abordagem da história, a qual não se impregna na construção da análise. No desencontro entre método e teoria, uma linguagem típica do universo teórico de Marx, confundem-se os leitores desavisados ou não especialistas.<sup>17</sup> Como já alertara Marx, considerar “a atividade produtiva do homem em geral, por meio da qual opera seu metabolismo com a natureza — em sua simples existência natural e independente da sociedade, nada tem de social” (Marx, 1985b: 272, t. III, v. V). Portanto, pensar o

---

17. Cf. o texto do filósofo Lessa “Serviço Social e trabalho: do que se trata?” (Lessa, 2000: 35-58). E, ainda, do mesmo autor, “O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade” (Lessa, 1999: 19-33). Considero fundamental dar conta da perspectiva ontológica presente em Marx, que tem no trabalho o elemento determinante na distinção do ser social ante a natureza. Pelo trabalho, o homem afirma-se como um ser dotado de capacidade teleológica na formulação de respostas prático-sociais aos seus carecimentos, capaz de antecipar e formular projetos, direcionando a razão e vontade na consecução de seus objetivos, como sujeito da história. A essência humana, radicalmente histórica, é excentrada em relação ao indivíduo isolado constituída pelas condições e relações sociais que constroem as formas de sociabilidade. (Cf. Marx, 1977a). Entretanto, se esse é um patamar de indiscutível importância no debate, é também insuficiente para dar conta das particularidades históricas do trabalho na sociedade burguesa, sob o risco de cair nas armadilhas da produção em geral, tal como tratada pela economia política, como alertou Marx na Introdução aos *Grundrisse* (1857-1858). Para análise desta problemática, conferir o último capítulo deste livro.

trabalho e a sociabilidade na sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade, que, na análise do autor de *O Capital*, dispõe de uma dupla e indissociável característica que a particulariza.

Em primeiro lugar, nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante do produto: o caráter do produto como mercadoria e a mercadoria como produto do capital. O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho — ou uma medida determinada de seu tempo de vida — e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral.<sup>18</sup> Assim, os agentes principais dessa sociedade — o capitalista e o trabalhador assalariado — aparecem como “personificações do capital e do trabalho”, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo. A forma específica do valor — a forma mercadoria e seu fetiche — entraña tanto as relações de circulação, quanto aquelas que têm lugar entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de reificação, submetendo as relações entre os homens às relações entre coisas.

Em segundo lugar, a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. O capital produz essencialmente capital e só o faz na medida em que produz mais-valia. A tendência a reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na *alavanca* mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece mistificada como força produtiva do capital. Este não é uma coisa material, mas:

[...] uma determinada relação de produção social, pertencente a uma determinada formação sócio-histórica da sociedade que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos... São os meios de produção

---

18. Embora a forma de trabalho assalariado seja decisiva para a configuração de todo o processo e para o modo específico da própria produção, “o trabalho assalariado não é determinante. Na determinação do valor se trata do tempo de trabalho em geral, do *quantum* de trabalho de que a sociedade em geral dispõe e cuja absorção relativa pelos distintos produtos determina, até certo ponto, seu peso social relativo” (Marx, 1985b: 314, cap. LI, t. III, v. V).

monopolizados por determinada parte da sociedade, *os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho*, que são personificados no capital por meio dessa oposição (Marx, 1985b: 269, t. III, v. V; grifos nossos).

Aqueles descaminhos anunciados também se refratam na arena profissional. Sobressai a tendência majoritária de tratar as particularidades que assumem a profissão e o trabalho concreto do assistente social na divisão social e técnica do trabalho social — necessária às diferenciações entre as profissões — elidindo, entretanto, suas implicações no circuito da produção e distribuição do valor e/ou da mais-valia, como se a “forma-valor fosse um mero cerimonial” na sociedade presente.

Verifica-se, ainda, na análise do exercício profissional enquanto trabalho, o trato mecânico “do processo de trabalho do assistente social” na ótica liberal do indivíduo isolado, muitas vezes abordado como “processo de trabalho do Serviço Social” em que a profissão passa a ser erigida como sujeito que age. O processo de trabalho é reduzido ao conjunto de operações realizadas pelo assistente social individualmente na sua “prática”, segundo os cânones liberais, abordado nos elementos gerais constitutivos de qualquer processo de trabalho, em qualquer sociedade (meios de trabalho, objeto de trabalho ou matéria-prima e o próprio trabalho), abstraído das relações sociais e de propriedade pelas quais é realizado. O trabalho é, assim, dotado de um caráter trans-histórico, como se este fosse suficiente para enfrentar os dilemas relativos à forma social que assume o trabalho na ordem do capital. O resultado é uma “positivização” das categorias, deformadas em sua significação original.

## 1. Trabalho e (re)produção das relações sociais na teoria de Marx

O modo de produção capitalista aparece com “um mundo encantado, distorcido, e posto de cabeça para baixo, no qual *Monsieur Le Capital* e *Madame La Terre* exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracte-

res sociais e imediatamente como meras coisas” (Marx, *O Capital*, 1985b: 280, t. III, v. V).

Para elucidar os dilemas supra-assinalados há que atribuir nitidez às relações entre o trabalho e a constituição de uma forma específica de sociabilidade inseparável dos dilemas do fetichismo, típica da sociedade mercantil, e seus desdobramentos na sociedade do capital.

O ponto de partida da teoria do valor trabalho de Marx<sup>19</sup> é a sociedade mercantil, que representa uma forma histórica de distribuição do trabalho entre os produtores, que se encontra por detrás das leis de troca ou da equivalência das coisas no mercado. Nem toda forma de divisão do trabalho social confere ao trabalho a forma de valor: é na sociedade mercantil que a distribuição do trabalho não é regulada diretamente pela sociedade, mas indiretamente pelo mercado através da troca de coisas. Nela o trabalho da sociedade encontra-se organizado por meio de produtores isolados, formalmente independentes uns dos outros, que são proprietários privados (e que se desdobram nos capitalistas e trabalhadores e nos capitalistas industriais e proprietários fundiários).<sup>20</sup> É essa forma de organização do trabalho que torna possível a existência do valor. Este é uma relação entre pessoas, que assume uma forma material (de produtos do trabalho) e encontra-se relacionado ao processo de produção numa sociedade de produtores isolados e formalmente independentes. Assim, o valor mercantil não caracteriza coisas, mas um tipo de relações humanas sob as quais as coisas são produzidas. Ou, em outros termos, o valor das mercadorias expressa um tipo de relação de produção entre pessoas, que estão vinculadas entre si através das coisas, dos produtos do trabalho, os quais assumem a função de um intermediário, de portador de relações entre pessoas. Assim, o valor é uma determinada relação social tomada como coisa.

O ponto de partida de Marx é, portanto, o trabalho (e não o valor) e a estrutura da sociedade mercantil, isto é, a totalidade das relações de produ-

---

19. A breve síntese da teoria do valor-trabalho que se segue foi apoiada nos estudos sobre a obra de Marx ao longo das últimas três décadas, nas análises de Rubin (1987) e de Rosdolsky (2001). Uma exposição mais extensa e detalhada da temática consta no último capítulo deste livro.

20. É preciso lembrar que, em Marx, o conceito posterior leva sempre a marca do anterior, do qual é um desdobramento, a que se acrescentam outras determinações.

ção entre as pessoas que se expressam nas transações que efetuam entre si. Aí essas relações adquirem a forma material de coisa e só podem ser analisadas sob essa forma, visto que o caráter social do trabalho só pode expressar-se no valor mercantil. Assim, a lei do valor analisa as relações entre pessoas que estão vinculadas entre si através das coisas, conformando um padrão histórico de sociabilidade indissolúvel do fetichismo da mercadoria.

O trabalho que cria valor é uma forma social específica (histórica) de trabalho útil, que produz um valor de uso determinado, tendo por suporte um trabalho técnico-material concreto dirigido por produtores individuais mercantis e não pela sociedade. Abstraindo-se do caráter concreto da atividade produtiva e, portanto, da utilidade desse trabalho, resta-lhe o caráter de ser gasto da força humana de trabalho (gasto produtivo dos cérebros, das mãos, dos nervos etc. do homem): trabalho humano indiferenciado ou formas distintas de aplicar o trabalho humano. Nessa condição é *trabalho abstrato*, trabalho humano em geral, trabalho socialmente igual (e não fisiologicamente igual), cuja unidade de medida é o trabalho simples médio — historicamente determinado — em que cada hora de trabalho corresponde à igual parcela do trabalho total da sociedade.

Na sociedade produtora de mercadorias, o *trabalho* de produtores independentes só se torna social sob a forma de trabalho abstrato, uma partícula da massa global de trabalho social homogêneo e impessoal.

O trabalho abstrato representa uma “determinação social do trabalho”, uma igualação social de diferentes tipos de trabalho, que supõe determinadas relações de produção entre pessoas e somente ele cria valor. O *valor*, a propriedade social dos produtos do trabalho, é a expressão material do trabalho social na forma específica assumida pelo trabalho na economia mercantil: é “trabalho coagulado”, “cristalização dessa substância social do trabalho”, trabalho materializado e simultaneamente uma expressão das relações de produção entre pessoas (Rubin, 1987: 170).

Assim, o trabalho abstrato não aparece como diretamente social, mas é socialmente igualado, na *forma específica de valor social*, ao trabalho de todos os outros produtores privados independentes por meio da troca de seus produtos. O vínculo entre os trabalhos de vários produtores só *aparece* através da troca de suas mercadorias. Nesta se abstraem os valores de uso concretos ou as formas concretas de trabalho e este se revela como trabalho

abstrato — mera gelatina de trabalho humano cristalizado — e socialmente necessário.

O valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho abstrato necessária à sua produção, medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário (um elemento histórico), o que depende da produtividade do trabalho, condicionada pelas relações de produção e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em termos sintéticos: *o trabalho socialmente igualado é a substância do valor; o valor é trabalho humano cristalizado, cuja existência é puramente social e sua materialidade enquanto valor só pode revelar-se na relação de uma mercadoria com outras; a forma social de manifestação do valor é o valor de troca (dinheiro); e a grandeza do valor é medida pelo tempo — tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, o que é um dado histórico, variando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.*

Assim, na sociedade mercantil, o trabalho privado dos produtores individuais só adquire o caráter de trabalho social através do valor do produto e, portanto, o trabalho como fenômeno social só pode expressar-se no valor mercantil (valor de troca), que representa o nexó reificado entre os indivíduos sociais. O papel do processo de troca na economia mercantil é o de igualar produtos enquanto valores, porque o trabalho socialmente necessário para produção de determinado produto não é expresso diretamente em unidades de trabalho, mas indiretamente na forma do valor, isto é, na relação com outras mercadorias. Só no processo de troca o trabalho privado se confirma e se revela como trabalho social, isto é, mostra o seu caráter geral, o que supõe um equivalente geral — o dinheiro — que permite trocar trabalho privado por trabalho privado. A forma social de equivalente geral — representada pelo dinheiro — permite que seu valor de uso se torne a forma de expressão do valor, o trabalho concreto nele contido se torne a forma de expressar o trabalho abstrato, e o trabalho privado se revele como trabalho social. Na sociedade mercantil, o trabalho privado só se torna social pela transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. Este pressupõe um processo de despersonalização (ou equalização do trabalho) que se torna social ao ser socializado e unificado, isto é, ao ser igualado a outras formas de trabalho tornando-se trabalho impessoal, despersonalizado, parte da massa total do trabalho homogêneo.

Na sociedade capitalista produtora de mercadorias, o produto tem um valor de uso — atende a necessidades de outros, necessidades sociais — e tem um valor, que representa o trabalho socialmente necessário à sua produção nela materializado, isto é, seu valor. Esse valor é trabalho coagulado, aderido às coisas, que parece pertencer a elas em si mesmas. O valor de troca é a forma social do produto do trabalho, sua capacidade de ser trocado em determinada proporção por qualquer outro produto. Portanto, o valor é indissociável do fetiche, pois nessa sociedade as relações humanas assumem essa forma de relações entre coisas: relações reificadas entre pessoas.

Esses elementos são suficientes para dar sustentação aos descaminhos anteriormente apontados no tratamento unilateral do trabalho na sociedade capitalista, seja este reduzido ao trabalho concreto, seja aprisionando um padrão histórico de sociabilidade ao espaço exclusivo da produção fabril *stricto sensu*. Aliás, Marx já denunciava dois equívocos da economia política, que merecem consideração na desmistificação daqueles descaminhos anunciados: identificar as formas elementares do capital — mercadoria e dinheiro — como capital, esvaziando a especificidade do capital como relação social; e, principalmente, transformar o capital, de uma relação social, em uma coisa — um conjunto de mercadorias que serve de condições de novo trabalho, ao mesmo tempo em que transforma coisas em capital, considerando a relação social que se representa nelas e através delas como uma propriedade que corresponde às coisas enquanto tais, expressando a mistificação do capital. (Marx, 1971). Ora, o “capital não é uma coisa, mas determinadas relações de produção sociais entre pessoas que se apresentam como relações entre coisas” (Marx, 1971: 38).

O dinheiro e a mercadoria são formas elementares de capital e o ponto de partida necessário do processo imediato de produção de mercadorias, patamar indispensável para a sua transformação em capital, que supõe uma relação de compra e venda estabelecida entre os capitalistas e a força de trabalho. Esta é a única mercadoria que, ao ser acionada e consumida como atividade, aliada aos meios de produção, é capaz de vivificá-los, transferindo o seu valor ao produto e criando um valor superior ao seu preço (expresso no salário), apropriado sem equivalente pelos proprietários dos meios de produção.

O processo imediato de produção é uma unidade imediata dos processos de trabalho e de valorização, que supõem os processos de produção

e circulação. O dinheiro só é capital quando empregado com vistas ao seu crescimento, o que, para o capitalista, aparece como finalidade, subordinando o processo de trabalho como simples meio do processo de valorização. Aí a natureza específica do processo capitalista aparece em toda a sua simplicidade: valor que gera valor. O objetivo é a produção da mais-valia, que compreende a conservação do valor adiantado e seu crescimento quantitativo como fim e resultado do processo capitalista de produção.

Considerado em seu fluxo constante de renovação, todo o processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. As condições sociais de produção são, também, as condições de reprodução, pois nenhuma sociedade pode produzir continuamente — isto é, reproduzir —, sem transformar parte de seus produtos em elementos da nova produção:

[...] se a produção tem forma capitalista, então terá a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho só aparece como meio para o processo de valorização, assim a reprodução aparece apenas como meio de reproduzir o valor adiantado como capital, isto é, como valor que se valoriza. Uma pessoa só encarna a personagem econômica do capitalista porque seu dinheiro funciona continuamente como capital (Marx, 1985b: 153, t. I, v. II).

Marx acrescenta que, apenas como personificação do capital, o capitalista é uma potência respeitável (Marx, 1980a) à medida que força, sem qualquer escrúpulo, a humanidade à produção pela produção e, “em decorrência, ao desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais de produção que são as únicas que podem constituir a base de uma sociedade mais elevada, cujo princípio básico é o desenvolvimento livre e pleno de cada indivíduo” (Marx, 1985b: 172, t. I, v. II).

O processo direto de *produção do capital* é seu processo de trabalho e de valorização, que tem por resultado uma mercadoria e cujo móvel é a produção da mais-valia. Já o *processo de reprodução* abrange tanto esse processo direto de produção, quanto a fase de circulação (*compra e venda*), isto é, seu ciclo periódico, que se repete sempre de novo e constitui a *rotação do capital*. Considera-se, assim, o *processo global*, em que cada ciclo do capital individual constitui apenas uma fração autonomizada do *capital social na sua totalida-*

de. Esse processo global de produção e de circulação do capital social total abrange a conversão do capital dinheiro em força de trabalho e meios de produção, sua incorporação no processo de produção, o consumo produtivo (ou processo direto de produção), a circulação das mercadorias que entram no consumo individual dos capitalistas e trabalhadores, esse mesmo consumo individual e a circulação da mais-valia. Em outros termos, abrange a reprodução das classes capitalista e trabalhadora e a reprodução do caráter capitalista da produção global (Marx, 1985b: 291, t. II, v. III),<sup>21</sup> indissociável do fundo público na expansão monopolista.

A tese expressa nos resultados do processo imediato de produção (Marx, 1971) é a de que, em seu processo de reprodução, a sociedade capitalista desenvolve as forças produtivas sociais do trabalho e faz crescer, frente ao trabalhador, como capital, a riqueza acumulada alheia que o domina, que é por ele produzida e reproduzida. No mesmo movimento desenvolve-se sua pobreza, sujeição e indignância subjetiva. São resultados simultâneos: o esvaziamento do trabalhador e a plenitude do capital. Todavia, no interior desse processo, são criadas as forças que impulsionam suas contradições internas: cresce o proletariado laborioso, ao tempo em que são criadas as condições materiais de um novo modo de produção que elimine os antagonismos do modo capitalista de produção, gerando as bases de um processo de vida social conformado de maneira nova, uma nova formação social<sup>22</sup> (cf. Marx, 1971: 103).

---

21. Como se pode observar, a noção de processo de (re)produção das relações sociais é transversal à interpretação de Marx sobre a sociedade capitalista, presente na análise do processo de produção, da circulação e do processo global de produção. O processo de (re)produção das relações sociais tem certamente um tratamento privilegiado nos manuscritos de 1863-65/66, parte dos quais foi editada pelo Instituto Marx-Engels, em 1933, sob o título de *O Capital. Livro I. Capítulo VI. (Inédito). Resultados do processo imediato de produção*. Daquele grande manuscrito F. Engels extrai o Livro II de *O Capital* e, mais tarde, Kautsky publica as *Teorias sobre a Mais-Valia* (cf. Aricó, 1971; Dussel, 1988 e 1990).

22. A citação literal é a seguinte: “La producción capitalista no es solo reproducción de la relación: en su reproducción en una escala sempre creciente, y en la misma medida en que, con el modo de producción capitalista, se desarrolla la fuerza productiva del trabajo crece también frente al obrero la riqueza acumulada, como riqueza que lo domina, como capital, se extiende frente a él el mundo de la riqueza como un mundo ajeno y que lo domina, y en la misma proporción se desenvuelve por oposición su pobreza, indignancia y sujeción subjetivas. Su vaciamiento y esa plétora se corresponden, van par a par. Al mismo tiempo se acrecienta la masa de esos medios de producción vivos del capital: el proletariado laborioso. Por ende, el crecimiento del capital y el aumento del

O produto da produção capitalista não é só a mais-valia — fruto de um tempo de trabalho não pago, apropriado sem equivalente pelo proprietário dos meios de produção —, mas é o próprio capital como relação social, que se produz e reproduz em nível ampliado. Antes de ingressar no processo de produção, a soma de valor adiantada só era potencialmente capital. Os mistérios desse processo só se decifram no âmbito mesmo do processo real de produção, mediante a incorporação do trabalho vivo às formas objetivas do capital. O trabalhador vendeu sua força de trabalho pelo equivalente dos meios de vida, consumidos na sua conservação, e forneceu o trabalho, esta atividade conservadora e criadora de valor, que se incorpora ao capital como atividade que lhe pertence. O produtor direto sai do processo como entrou, como mera força de trabalho, tendo que reiniciá-lo para manter viva sua capacidade de trabalho. Já o capitalista transformou seu capital em capital real, em valor que se valoriza a si mesmo, e o produto total obtido é sua propriedade. Para o trabalhador, as condições de produção que se lhe contrapunham como capital continuam existindo como autônomas e, também, o produto de seu trabalho é transformado em capital acrescido, que exige a incorporação de novos assalariados. O capital não só produz capital: produz uma massa de força de trabalho sempre crescente, única substância que, ao ser transformada em trabalho, lhe permite funcionar como capital. A reprodução capitalista não é só reprodução da relação, mas reprodução em escala ampliada. O trabalhador produz, em antítese consigo mesmo, as condições de trabalho como capital, da mesma forma como o capital produz o trabalho enquanto trabalho assalariado, como meio de realização do capital.

---

proletariado se presentan como productos concomitantes, aunque polarmente opuestos, del mismo proceso...” (Marx, 1971: 103) “Fundándose en esta relación modificada se desarrolla sin embargo, un modo de producción específicamente transformado que por un lado genera nuevas fuerzas productivas materiales y por otro no se desarrolla si no es sobre la base de éstas, con lo cual crea de hecho nuevas condiciones reales. Se inicia una revolución económica total, que por una parte produce por vez primera las condiciones reales para la hegemonía del capital sobre el trabajo, las perfecciona y les da una forma adecuada, y por la otra genera, en las fuerzas productivas del trabajo, en las condiciones de la producción y relaciones de circulación desarrolladas por ella en oposición al obrero [genera, dicíamos] las condiciones reales de un nuevo modo de producción que elimine la forma antagónica del modo capitalista de producción, y echa de esta suerte la base material de un proceso de vida social conformado de manera nueva y, con ello, de una formación social nueva.” (Idem: 106)

O resultado é, portanto, a reprodução contraditória das relações de classes, das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas. Cresce a força produtiva do trabalho como riqueza que domina o trabalhador, na proporção em que cresce, para o trabalhador, a pobreza, a indigência e a sujeição subjetiva. A ampliação do capital e o aumento do proletariado são produtos contraditórios do mesmo processo, esfumando-se a relação entre iguais proprietários de mercadorias equivalentes, que se apresentava na esfera da circulação, atestando que a compra e a venda da força de trabalho são formas mediadoras de subjugar o trabalhador ao capital. Encobre-se, como mera transação monetária, a relação real de dependência permanente que aquela intermediação renova constantemente. O resultado é a reprodução das contradições de classes e da consciência alienada que permite essa mesma reprodução em níveis crescentes. As novas forças produtivas materiais, que são impulsionadas por esse processo, revolucionam a produção e a vida em sociedade, criando, simultaneamente, as condições mais adequadas de hegemonia do capital sobre o trabalho, aperfeiçoando-a e dando-lhe a forma adequada, e as condições reais de um novo modo de produção ao criar as bases materiais para uma vida social conformada de maneira nova. Cria-se a relação e as condições históricas de sua dissolução. (Marx, 1980a: 364, v. I)

Todo esse processo é encoberto por uma ampla *mistificação do capital*: como o trabalho vivo está subsumido ao capital — dentro do processo de produção já está incorporado ao capital como seu elemento constitutivo —, todas as forças produtivas sociais do trabalho manifestam-se ao reverso, como forças produtivas do capital, como propriedades inerentes ao trabalho materializado, como poderes que dominam o trabalhador. Desse modo, o capital converte-se em um ser extremamente misterioso (Marx, 1971: 96).

O capital emprega o trabalho, pois o processo de valorização subsume o processo de trabalho, ou seja, os meios de produção não estão a serviço da atividade criadora do trabalhador, mas este é um meio para conservar o valor e aumentá-lo, sendo o trabalho excedente absorvido pelo capital. Aí enfrentam o trabalhador essas coisas corpóreas e materiais, convertidas em capital: todos os produtos do trabalho e todas as formas de trabalho socialmente desenvolvidas — a cooperação, a manufatura, a fábrica — todas elas se manifestam como formas de desenvolvimento do capital. Em consequência, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho se apre-

senta invertido como força produtiva do capital. A cooperação, a divisão do trabalho, as aplicações da ciência na produção, os produtos do trabalho, a maquinaria atuam como meios de exploração do trabalho — isto é, de apropriação de trabalho excedente —, como forças inerentes ao capital e enfrentam o trabalhador como coisas que lhe são alheias e que o dominam. Essa relação é a personificação de coisas e a coisificação de pessoas. Essa inversão é o que distingue a forma de produção capitalista das anteriores e caracteriza o capital como relação social. O capitalista não submete o trabalhador mediante qualquer poder pessoal, mas o subjuga enquanto capital: seu poder é simplesmente o poder do trabalho materializado sobre o trabalho vivo (Marx, 1980a: 362-363, v. I).

A relação se torna ainda mais misteriosa com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cooperação social em que as diversas forças de trabalho funcionam articuladamente, como órgãos particulares da capacidade de trabalho combinada que constitui a *oficina coletiva*, não pertencem ao trabalhador, mas são a ele impostas. E como as forças produtivas do trabalho social combinado só se desenvolvem no modo de produção capitalista, estas aparecem como imanentes ao capital. Entretanto, o caráter social das condições objetivas de trabalho em grande escala é resultado do trabalho cooperativo, ainda que apareça, ao contrário, como algo absolutamente autônomo e separado do trabalhador individual, como um modo de existência do capital, organizado pelo capitalista e independente do trabalho. Essa aparência se reforça uma vez que o lucro (e não a mais-valia) pode aumentar com o emprego das condições coletivas de trabalho, propiciando um barateamento relativo do capital constante (em relação ao capital variável empregado na compra da força de trabalho) e um aumento absoluto de seu valor. Ora, a utilização coletiva dos meios de produção não é mais que expressão coletiva do caráter social do trabalho e da força produtiva dele resultante. Todavia, frente ao trabalhador, as condições de trabalho erguem-se como forças produtivas do capital, pré-existentes, independentes dele: a economia dessas condições objetivas de trabalho aparece como alheias ao trabalho excedente criado pelo trabalhador e obra direta dos empresários capitalistas; a ciência e seu emprego na produção, um produto intelectual geral da sociedade, apresenta-se subjugada ao capital, assim como o desenvolvimento geral da sociedade aparece como desenvolvimento do capital. O capitalista, portanto, só é poderoso enquanto perso-

nificação do capital; só é “produtivo” como coerção ao sobretabalho e representante das forças produtivas sociais do trabalho, as quais são transpostas como propriedades objetivas do capital.<sup>23</sup>

Marx salienta a diferença entre sua concepção e a dos economistas burgueses, que se limitam a sistematizar como doutrina as idéias dos agentes de produção cativas das relações de produção do regime burguês, pois “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 1985b: 271, t. III, v. V). Explicando, os economistas vêem “*como se produz dentro da relação capitalista, mas não como se produz esta mesma relação, nem como, ao mesmo tempo, são produzidas nela as condições materiais de sua dissolução*”, com o que se suprime sua justificativa histórica como forma necessária do desenvolvimento econômico ou da produção da riqueza social (Marx, 1971: 106-107).

A mistificação do regime capitalista de produção consoma-se na *trindade econômica* das fontes de rendimentos, que engloba todos os segredos do processo social de produção: *capital, terra e trabalho aparecem como fontes, respectivamente, de juros, renda fundiária e salário*, tidos como seus produtos (inclusive eliminando-se o lucro, a forma mais especificamente característica do regime capitalista de produção). As fontes de rendimento são apresentadas como se fossem correspondentes a esferas distintas, não relacionadas entre si, expressando três conexões impossíveis: a) *capital-juro*, a forma mais absurda do capital, pois, se o capital é uma determinada soma de valor expressa em dinheiro, é inconcebível que tenha mais valor do que ele realmente tem; b) *terra-renda*, a terra como um elemento natural — um valor de uso — que não contém em si nenhum valor, uma vez que o trabalho abstrato é a substância do valor, já a renda da terra, que expressa uma rela-

---

23. Existe uma grande controvérsia sobre as razões pelas quais o *Capítulo IV. Inédito* teria sido “eliminado” por Marx dos planos finais de redação de *O Capital*. Aricó (1971) incorpora a hipótese do editor italiano Bruno Maffi, assinalando que teria sido impossível conseguir, à época, um editor que aceitasse publicar um livro politicamente tão comprometedor. Um texto teórico e político que solda a análise contida no *Manifesto Comunista* com a registrada em *O Capital*, numa condenação não apenas moral, mas histórica do mundo burguês e do modo capitalista de produção. É interessante notar que as análises contidas no Capítulo VI — inédito — reaparecem, com todo vigor, tanto nos *Apêndices* do tomo I das *Teorias sobre a Mais-Valia — A produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo*, quanto no livro III de *O Capital*, seção VII: *Os rendimentos e suas fontes*.

ção social, é concebida como coisa numa relação com a natureza; c) *trabalho-salário*, outra relação irracional, pois o trabalho considerado como atividade produtiva do homem em geral por meio do qual opera seu metabolismo com a natureza, independente da sociedade, e que nada tem de social. Já o salário não é o “preço do trabalho” — uma expressão irracional —, mas da força de trabalho. Essas formas alienadas, prisioneiras da aparência na qual se movem os agentes de produção e a economia vulgar, correspondem aos interesses das classes dominantes para atribuir legitimidade às suas fontes de renda.

Como já foi apresentado, o capital nutre-se de trabalho excedente, sem equivalente, extraído dos produtores diretos como trabalho forçado, apesar de sua aparência de trabalho livre. Esse mais-trabalho, extraído diretamente dos trabalhadores pelo capital, representa-se numa mais-valia que se materializa no produto. A soma da mais-valia social (trabalho não pago) corresponde ao lucro médio (lucro do empresário mais o juro) e à renda da terra, visto que a propriedade territorial no regime capitalista de produção, pressupondo a expropriação dos trabalhadores de suas condições de trabalho, tem o papel de remover parte da mais-valia do bolso do capitalista para o proprietário de terra. Já o trabalhador assalariado, que é proprietário e vendedor da força de trabalho, obtém, através do salário (tempo de trabalho pago), o trabalho necessário para conservação e reprodução de sua força de trabalho. Assim, *lucro, renda e salário são três partes do mesmo valor produzido anualmente, ou seja, do trabalho social materializado produzido pelo trabalhador*. Esse trabalho se distribui em *capital e rendas*, uma parte da qual assume a forma de renda do trabalhador (salário) após este ter se defrontado como trabalhador frente ao capital, possuidor das condições de trabalho. Se uma parte do produto não se convertesse em capital, então a outra não assumiria as formas de renda do solo, lucro e salário, a renda anual das três classes fundamentais: os capitalistas, os proprietários territoriais e os trabalhadores assalariados. O regime capitalista de produção pressupõe essa forma social determinada das condições de produção e as reproduz constantemente: “Produz não só os produtos materiais, mas reproduz constantemente as relações de produção em que aqueles são produzidos e, com isso, também as correspondentes relações de distribuição” (Marx, 1985b: 312, t. III, v. V). Assim, as relações de distribuição correspondem e se originam das relações de produção, como o seu reverso. Derivam de formas

historicamente determinadas e socialmente específicas do processo de produção e das relações que os homens estabelecem entre si no processo de reprodução da vida humana (Marx, 1985b: 315, t. II, v. V).

O ponto de vista da economia burguesa considera históricas as relações de distribuição e não as relações de produção, que são naturalizadas. A base desta confusão é a identificação do processo social de produção com um processo de trabalho isolado, sem interferência da sociedade. Identifica ainda o processo social de produção com um processo de relação entre o homem e a natureza, comum a todas as formas sociais, elidindo que cada forma histórica determinada desenvolve tanto os fundamentos materiais quanto suas formas sociais. Ao alcançar certa fase de maturidade, a forma histórico-concreta é abandonada dando lugar à outra mais desenvolvida, configurando um momento de crise. Este anuncia, em extensão e profundidade, a contradição e o antagonismo entre as relações de distribuição e, portanto, entre a forma histórica das relações de produção a elas correspondentes, e as forças produtivas, a capacidade de produção e o desenvolvimento de seus agentes. Verifica-se, então, um conflito entre o desenvolvimento material da produção e sua forma social” (Marx, 1985b: 315, t. III, v. V).

## 2. Desvendando o fetiche: a visibilidade do trabalho e os processos de alienação

A análise que se segue está orientada para atribuir visibilidade às efetivas relações sociais que se escondem por detrás da “trindade econômica”, que apresenta as fontes de renda segmentadas entre si, e independentes do trabalho produtivo, criador da mais-valia, que é distribuída no interior da classe capitalista, sob as formas de lucro industrial e comercial, renda fundiária e juro. O propósito é retirar as névoas que encobrem a explicação mistificada dos agentes de produção, que reverbera nos intelectuais cujas análises são prisioneiras das representações por meio das quais as relações sociais se mostram na superfície da sociedade. A prioridade é dada *ao capital produtivo e aos dilemas do trabalho produtivo* (e do trabalho improdutivo) porque criam e alimentam o próprio capital em seu movimento

ilimitado de crescimento e aí se revela a gênese da produção da mais-valia social, o que condiciona a sua distribuição. Como o debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo é uma das temáticas mais controversas e eivadas de equívocos entre os analistas de Marx, será atribuído um maior destaque ao tema, em cujo desenvolvimento se incorpora o capital em suas fases de produção e circulação.

Em seguida, é abordada a *propriedade fundiária capitalista*, elucidando os mecanismos que permitem ao seu proprietário apropriar-se de parte da mais-valia social sob a forma de renda da terra, contrapondo-se à relação mistificada *terra-renda fundiária*.

E, finalmente, um destaque especial é dado à *natureza do capital portador de juros e sua fetichização*, em que aparece numa relação ensimesmada consigo mesmo, como fonte de seu próprio crescimento na forma *capital-juros*. Elucidar as mediações que se ocultam nessa forma de apresentação da reprodução do capital-dinheiro que rende juro é pressuposto para desvendar sua natureza e os processos sociais envolvidos na trama do capital fetiche, que se mantém e ao mesmo tempo adquire novas determinações no processo de expansão monopolista sob a forma de capital financeiro. Esse árduo, porém necessário, percurso teórico do processo de reprodução do capital social e das relações sociais fundamentais que lhe dão vida, constitui um patamar de análise indispensável para elucidar a sociabilidade reificada vigente na sociedade contemporânea, que resulta numa (re)produção ampliada da *questão social* na mundialização do capital, no marco das particularidades históricas que assume na sociedade brasileira.

### *2.1. A produtividade do capital: trabalho produtivo e improdutivo*<sup>24</sup>

A produtividade do capital é expressão capitalista da força produtiva social do trabalho e das condições de seu desenvolvimento, que aparecem

---

24. Para análise desse tema polêmico foram pesquisados todos os extratos da obra de Marx que tratam do assunto, a saber: *O Capital*, Livro I, Cap. XIV “Mais-valia absoluta e relativa” (Marx, 1985b: 105-112, t. I, v. II); o Livro II integral de *O Capital*, em especial, a seção I, “As metamorfoses do capital e seu ciclo” (Marx, 1985b: 25-88, t. II, v. III) e o cap. VI “Os custos de circulação” (Marx, 1985b: 95-110, t. II, v. III); *El Capital*. Libro I. Capítulo VI (inédito), Cap. I “Resultados del proceso

como obra do capital contra o trabalhador: o poder do trabalho materializado sobre o trabalho vivo, do produto do trabalho sobre o próprio produtor. O caráter social do trabalho, assim como as forças naturais e a ciência, forças produtivas gerais da sociedade, enfrentam o trabalhador coletivo submetido aos meios e às condições materiais de produção desenvolvidas em larga escala — material de trabalho, meios de trabalho e meios de vida —, como potências do capital, alheias ao trabalhador individual às quais se encontra subsumido. Como vimos, essa relação é, na sua simplicidade, uma inversão: a personificação de coisas e a coisificação de pessoas. Aquela produtividade consiste, sobretudo, na coação para obter trabalho excedente — trabalhar mais do que o socialmente necessário, o que a produção capitalista compartilha com modos anteriores de produção, mas que nela se realiza de modo mais favorável à produção.

Marx indaga: como e por meio de que o trabalho revela sua produtividade ou se manifesta como trabalho produtivo frente ao capital? (Marx, 1980a: 365, v. I).

No Livro I de *O Capital* (Cap. XI) são apresentadas as balizas decisivas para análise do tema. Considerando o caráter cooperativo do trabalho e o produto comum de um trabalhador coletivo, amplia-se, por um lado, a noção de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo: “para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra: basta ser órgão de um trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções” (Marx, 1985b: 105, t. I, v. I). Por outro lado, a noção de trabalho produtivo contrai-se, uma vez que a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente de mais-valia, na qual trabalhador não produz para si, mas para o capital: “apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para um capital ou serve a autovalorização do capital” (Idem). É interessante notar que, para ilustrar a noção, o autor dá um exemplo fora da esfera da produção material, reme-

---

inmediato de producción”, em especial o extrato “Trabajo productivo e improductivo” (Marx, 1971: 77-90); *Teorías sobre la Plusvalía*, tomo I, Cap. IV. “Teorías sobre el trabajo productivo y el trabajo improductivo” (Marx, 1977f: 137-281) e os apêndices: “La productividad del capital. Trabajo productivo e improductivo” (Marx, 1980a: 362-384). Foram consultados ainda os seguintes analis-tas: Rubin (1987:277-293); Dussel (1988: 137-158 e 262-283 e 1990: 33-49); Mandel (1988: 119-134 e 1985); Singer (1985: VII-XXXIII); Napoleoni (1981: 96-119) e Rosdolsky (2001).

tendo ao mesmo tempo o leitor para o Livro IV de *O Capital*, as *Teorias sobre a mais-valia*, em que estabelece o debate com a Economia Política Clássica e sua concepção sobre a natureza da mais-valia:<sup>25</sup>

[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada a relação. *O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas um azar*". (Marx, 1985b: 106, t. I, v. II; grifos nossos)

A produtividade do trabalho supõe, portanto, uma relação social determinada: o trabalho, como trabalho assalariado, e os meios de trabalho, como capital. O capital está formado por mercadorias sendo, duplamente, *valor de troca* (dinheiro) — pois é valor que se valoriza, fruto da troca de uma quantidade dada de trabalho materializado por uma maior quantidade de trabalho vivo e *valor de uso*, tal como se manifesta nas relações dentro do

---

25. Destaco esta indicação porque mostra a centralidade atribuída por Marx ao debate sobre trabalho produtivo e improdutivo contido naquela obra. Afirmção diferente é exarada por Mandel (1988), que privilegia o tomo II de *O Capital* —, e não as *Teorias sobre a Mais-Valia* — em que se encontraria a “versão final da opinião de Marx a respeito do trabalho produtivo e improdutivo”. Para Mandel, este é pensado a partir dos nexos entre os esquemas de reprodução (e os problemas da circulação do capital em geral) e a teoria do valor, quando Marx distingue o que é capital produtivo para o capitalista individual daquilo que é para o capital global, em que só é considerado produtivo o trabalho que aumenta a massa global de mais-valia. Mandel apóia-se no argumento de que *O Capital* (II) encontra-se apoiado nos manuscritos de 1867-1870, que são posteriores às *Teorias da Mais-Valia*, datadas de 1861-1863. Todavia, o Livro II está dedicado à circulação do capital produtivo. É importante distinguir *lucro de mais-valia*, e só a produção desta pode aumentar a sua massa global. Singer (1985) considera a interpretação de Mandel sobre o tema bastante polêmica, com o que afirmo minha concordância. Não raras vezes Mandel cai nas artimanhas da concepção de Smith (exposta a seguir), com exemplos que privilegiam a determinação do caráter produtivo ou improdutivo do trabalho a partir do caráter do concreto do trabalho individual, em detrimento das relações sociais em quem se inscreve. Todavia, o autor comentado traz uma questão essencial ao debate político e para a luta de classes: os trabalhadores improdutivos são parte do proletariado?

processo de trabalho — combinações sociais do trabalho e meios de trabalho a elas correspondentes, respectivamente, condições subjetivas e objetivas do processo de trabalho. Como as forças produtivas se transferiram ao capital, a produtividade do trabalho é a produtividade do capital. Ela requer a conversão do dinheiro em capital, em valor que se valoriza, o que passa pela conversão de uma parte do valor em mercadorias que servem de meios de trabalho (matérias-primas e instrumentos que são condições materiais de trabalho) e a conversão de outra parte do valor em força de trabalho. Mas não é essa primeira troca entre dinheiro e força de trabalho, ocorrida na esfera da circulação, que transforma o dinheiro em capital. O que essa troca faz é incorporar a força de trabalho, durante determinado tempo, ao capital. Ou seja, converter determinada quantidade de trabalho vivo em uma das modalidades de existência do capital. *É no processo real de produção que o trabalho vivo se converte em capital*, isto é, reproduz o valor do capital variável aplicado em salário e cria uma mais-valia. Esse processo de transformação faz com que a soma total de dinheiro se converta em capital, ainda que varie apenas parte da soma de capital-dinheiro transformada em salário. Todavia, para que isto aconteça, é necessária a mediação do capital constante, ou seja, da conversão da outra parte do valor em condições materiais de trabalho necessárias à objetivação da força de trabalho como trabalho materializado, que não pertence mais ao trabalhador, mas ao capitalista. É isso que torna possível que o dinheiro se converta em capital. “Esta relação determinada, como relação de trabalho, é o que converte o dinheiro ou a mercadoria em capital e o trabalho que adquire força materializada independente, cujo valor é conservado e incrementado *é trabalho produtivo*” (Marx, 1980a: 367, t. I, v. I).

Assim, o trabalho produtivo é o que se troca por dinheiro enquanto capital — ou, mais concisamente, *troca-se diretamente por capital* —, isto é, por dinheiro que está destinado a enfrentar, como capital, a força de trabalho. Para o trabalhador, o trabalho produtivo limita-se a reproduzir o valor previamente definido da força de trabalho. Embora o trabalhador coletivo efetue o trabalho, este, como força criadora de valor, pertence ao capital, realizado sob sua direção e controle. E o produto comum em que se materializa o trabalho cooperativo é uma nova forma em que se manifesta o capital. O resultado específico do processo de produção capitalista não é nem o produto (valor de uso), nem a mercadoria (valor de uso que possui

valor de troca); seu resultado é a criação da mais-valia para o capital, isto é, a conversão do dinheiro ou da mercadoria em capital, uma vez que a finalidade direta dessa produção é a apropriação de trabalho alheio não retribuído ou o enriquecimento. Esse é o valor de uso específico do trabalho produtivo para o capital.

Importa reter que, para produzir uma mercadoria, necessita-se de trabalho útil que produza um valor de uso, mas não é esse caráter concreto do trabalho (trabalho do alfaiate, do pedreiro, da tecelã) que atribui ao trabalho um valor de uso específico para capital. Este não deriva do caráter útil do trabalho, mas do fato de que a força de trabalho em ação é capaz de produzir uma quantidade maior de trabalho abstrato (valor) do que contido em seu preço (ou valor de troca), que se corporifica em uma quantidade maior de trabalho materializado. “O processo de produção capitalista só consegue este seu produto específico mediante a troca com o trabalho ao qual, por isto mesmo, dá-se o nome de *trabalho produtivo*” (Marx, 1985b: 371, v. I).

Então, trabalho produtivo é uma expressão abreviada para expressar toda essa relação e o modo como a força de trabalho figura no processo de produção capitalista, expressando a determinação formal do trabalho em que se baseia o modo de produção capitalista e em que se apóia o capital. Resulta daí a importância de distingui-lo de outras formas de trabalho (Idem: 368). Do exposto também se depreende que o trabalho produtivo constitui uma função do trabalho que “não tem absolutamente nada a ver com o conteúdo determinado do trabalho, com a utilidade específica ou com o valor de uso peculiar em que se corporifica” (Marx, 1980a: 372, v. I), de modo que o mesmo tipo de trabalho pode ser produtivo ou improdutivo: a cantora que vende seu canto é improdutiva, mas, se contratada por um empresário que a faz cantar para enriquecer, é produtiva, porque produz capital.

Só a estreiteza burguesa, que considera as formas de produção capitalistas como formas absolutas de produção, confunde o trabalho produtivo do ponto de vista do capital com o *trabalho produtivo em geral*. O trabalho produtivo, no sentido da produção capitalista, é aquele que, ao ser trocado pela *parte variável do capital* (parte do capital investida em salários), não só repõe esta parte (ou o valor da própria força de trabalho), mas *produz também uma mais-valia para o capitalista*, o que faz com que o dinheiro e a merca-

doria se transformem em capital. Não se está falando, conforme esclareceu Marx, de uma *produtividade absoluta*, em que o trabalho seria apenas reprodutivo (isto é, reproduziria o valor da força de trabalho, limitando-se a repor o valor anteriormente existente), mas de uma *produtividade relativa* — na qual o trabalhador, além de repor o valor anterior, cria um valor novo, materializando no seu produto mais tempo de trabalho que aquele materializado nos produtos que mantêm sua vida como trabalhador, expresso no salário. Sobre esse tipo de trabalho assalariado produtivo repousa o capital (Marx, 1977f: 137, v. I).

Nas *Teorias sobre a mais-valia* tem-se o debate de Marx com os fisiocratas e os mercantilistas a respeito das suas concepções sobre a mais-valia, que influenciam Adam Smith em sua análise sobre o trabalho produtivo e improdutivo.<sup>26</sup> Os fisiocratas<sup>27</sup> têm o mérito de deslocar a investigação sobre a mais-valia da esfera da circulação para a esfera da produção, ainda que sua concepção da natureza do valor consista em matéria, terra e natureza, e não em um determinado modo de existência da atividade humana. Só consideravam produtivo o trabalho agrícola, que produz uma mais-valia para os proprietários das condições de produção. Apóiam-se em uma noção falsa de valor, reduzindo-a ao valor de uso do trabalho agrícola — e não ao tempo de trabalho —, o que condiciona a sua noção de sobrevalor, visto como a sobra dos produtos agrícolas após seu consumo pelo trabalhador e o arrendatário agrícola. Sob essa concepção falsa, sustentavam a determinação precisa de que só é produtivo o trabalho assalariado que produz mais valor do que custa, permitindo a Adam Smith liberar o trabalho produtivo dos equívocos dos fisiocratas (Marx, 1977f: 139, v. I). Já os mercantilistas tinham, “ainda que inconscientemente”, o mesmo ponto de vista sobre o trabalho produtivo, mediante a representação de que só é produtivo um determinado tipo específico de trabalho: aquele empregado nos ramos de produção cujos produtos, após terem sido enviados ao estrangeiro, devol-

---

26. Creio ser importante fazer referência centralmente à concepção de A. Smith, pois muitos autores da tradição marxista tomam as posições de Smith como sendo as de Marx, o que é fonte de muitos dos equívocos em torno do tema. Há que reconhecer que o texto deste debate é complexo, requerendo muito critério para distinguir as afirmativas de Marx das de seu interlocutor.

27. Sobre a concepção dos fisiocratas sobre o valor e mais-valia e sua crítica, conferir o segundo capítulo das *Teorias sobre a Plusvalia*: “Los fisiocratas”. (Marx, 1980a: 37-60, v. I).

vem mais dinheiro do que custaram, capacitando o país a participar nos produtos das minas de ouro e de prata (Marx, 1977f: 139, v. I).

Todavia, é o debate com A. Smith<sup>28</sup> que merece destaque. Marx identifica dois pontos de vista entrelaçados, por vezes contidos no mesmo parágrafo, quanto à explicação do trabalho produtivo: (1) *aquele que se troca por capital* e (2) *aquele que se realiza em mercadoria*.

No primeiro ponto de vista, que Marx considera procedente, o trabalho produtivo é o que reproduz, para o capitalista, não só o valor íntegro dos meios de subsistência contidos no salário, mas os reproduz com um lucro, afirmando que “*só é produtivo o trabalho que produz capital*”. Mercadoria e dinheiro só se convertem em capital porque são trocados diretamente pela força de trabalho, cujo valor de uso para o capitalista não consiste na utilidade desse trabalho particular e nem do produto do trabalho enquanto tal, mas em que “*ele devolve mais tempo de trabalho do que lhe foi pago como salário*”.

Assim, para Marx, um dos maiores méritos de Smith foi o de ir ao cerne da questão e determinar, do ponto de vista da produção capitalista, o trabalho produtivo como o *trabalho que se troca imediatamente por capital*. Em consequência, *fixa o trabalho improdutivo como aquele que não se troca por capital, mas diretamente por renda, salário ou lucro* (incluindo as diferentes categorias que participam como co-sócios do lucro do capitalista, como o juro e a renda da terra). Onde todo o trabalho se paga a si mesmo — como o trabalho agrícola dos servos camponeses — ou é trocado diretamente por renda — como o trabalho manufatureiro existente à época na Ásia —, não existe nenhum capital e nenhum trabalho assalariado no sentido da economia burguesa. E, acentua Marx com extrema clareza, essas determinações não derivam da determinação material do trabalho, nem a natureza do produto e nem do caráter determinado do trabalho enquanto trabalho concreto, mas “*da forma social determinada, das relações sociais de produção nas quais o trabalho se realiza*” (Marx, 1980a: 142, v. I).

O trabalho produtivo é considerado do ponto de vista do proprietário do dinheiro (do capital) e não do ponto de vista do trabalhador. Uma riqueza-

---

28. Não cabe, neste texto, uma exposição detalhada do pensamento de Adam Smith e o debate de Marx com a sua teoria, em especial sua interpretação sobre o valor e sua teoria geral da mais-valia. Remeto o leitor para o Capítulo II das *Teorias sobre la Plusvalia*. (Marx, 1980a: 61-136, v. I).

za de exemplos ilustra essa concepção: um ator teatral é trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista a quem devolve mais trabalho do que recebe como salário. Já um alfaiate que vai à casa do capitalista e produz valores de uso é um trabalhador improdutivo. Um escritor não é um trabalhador produtivo enquanto produz idéias, mas o é à medida que enriquece o editor que explora a editora e publica seus livros (enquanto é um trabalhador assalariado de um capitalista). Marx salienta, ainda, que o valor de uso em que o trabalho se corporifica pode ser o mais insignificante, pois é uma determinação do trabalho que não procede de seu conteúdo, mas de sua forma social determinada (Marx, 1977f: 144, v. I). A determinação material do trabalho e, portanto, de seu produto, nada tem a ver em si com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo: cozinheiros e camareiros de um hotel são trabalhadores produtivos na medida em que seu trabalho se converte em capital para o proprietário do hotel. Os mesmos trabalhadores são improdutivos, enquanto servidores domésticos, porque aí consomem renda. Um fabricante de piano é trabalhador produtivo para o empresário, pois repõe o salário e cria mais-valia, mas se faz piano para si mesmo é um trabalhador improdutivo.

À proporção que o capital domina toda a produção — desaparecendo ao mesmo tempo a indústria doméstica e em pequena escala — e só o capitalista é produtor de mercadorias (excluída a força de trabalho), a renda tem que ser trocada por *mercadorias* produzidas e vendidas pelo capital e por *serviços*, isto é, trabalhos que são comprados por seu valor de uso para serem consumidos. Esses serviços produzidos pela força de trabalho têm valor de uso e valor de troca, assim como, para quem os produz, esses serviços são mercadorias (dotadas também de valor de uso e de troca). Mas para o comprador é simples valor de uso, isto é, objetos nos quais consome sua renda. Portanto, os trabalhadores que prestam serviços, mesmo que estes realizem um trabalho improdutivo, não obtêm grátis parte da renda pela qual são trocados, isto é, não reduzem a renda da sociedade, embora possam empobrecer o capitalista individual. Conclui-se que se os serviços para o seu produtor são mercadorias (valor de uso e de troca), para o comprador são valores de uso, e para o capital, no caso de ser trabalho produtivo, são meios de reproduzir o valor adiantado e criar mais valor além do que foi pago ao trabalhador.

Assim que se generaliza a produção mediante trabalho assalariado, a produção de mercadorias tem de ser a *forma geral da produção*. Sendo esta pressuposta como genérica, condiciona por sua vez uma divisão crescente do trabalho social, isto é, uma especialização cada vez maior do produto que é produzido como mercadoria por determinado capitalista, separação sempre maior de processos de produção complementares que assim se autonomizam. [...] as mesmas circunstâncias que produzem a condição básica da produção capitalista — a existência de uma classe de trabalhadores assalariados — requerem a passagem de toda a produção capitalista *para a produção capitalista de mercadorias* [...] Toda empresa produtora de mercadorias torna-se, ao mesmo tempo, empresa de exploração de força de trabalho, *mas só a produção capitalista de mercadorias é que se torna um modo de produzir que marca uma época, que, em seu desenvolvimento histórico e mediante a organização do processo de trabalho e gigantesco aperfeiçoamento técnico, revoluciona toda a estrutura econômica da sociedade e supera, de modo incomparável, todas as épocas anteriores* (Marx, 1985b: 32-33, t. II, v. III).

À medida que se expande o domínio do capital sobre a produção de mercadorias, desenvolvendo a produtividade do trabalho, produz-se uma diferença material cada vez maior entre os trabalhadores produtivos e improdutivos. A tendência é que os primeiros produzam exclusivamente riqueza material sob a forma de mercadorias — afora a força de trabalho —, e os segundos realizem, em grande parte, *exclusivamente prestação de serviços pessoais que são trocados por renda*.<sup>29</sup> Só uma mínima parte deles produzirá mercadorias enquanto tal, pois a mercadoria nunca é objeto de consumo de maneira direta, mas suporte do valor de troca. Essa diferença vai desdobrar-se na outra posição equívoca de Smith sobre o trabalho produtivo, *ao lado* da primeira, determinante da *differentia specifica*.

O segundo ponto de vista de A. Smith, que se choca com o anterior, afirma: só é produtivo o trabalho que se realiza em mercadoria, que se fixa em um objeto duradouro e repõe o valor consumido. Trabalho improdutivo é aquele que não produz valor e nem repõe os meios de subsistência,

---

29. É importante destacar que quando Marx refere-se a serviço na análise do tema refere-se a *serviços pessoais*, visto que os serviços produzidos sob a forma capitalista eram insignificantes no seu tempo. Entretanto, ele considera o trabalho que produz serviços produtivos, quando submetido diretamente ao capital.

não se fixa em um objeto particular ou mercadoria vendável, mas se expressa em serviços que perecem no instante de sua realização. Smith abandona, assim, a determinação da forma social do trabalho produtivo, sua relação com a produção do capital, para tratá-la como mera reprodução do valor consumido — como produtividade absoluta — e não em termos de produção da mais-valia. Nessa outra concepção, trabalho produtivo é o que repõe o que consome, e trabalho improdutivo o que não reembolsa os seus gastos. Ela convive ao lado do primeiro sentido do trabalho produtivo defendido pelo autor, referente à produção da mais-valia — que inclui a reprodução de um equivalente do valor consumido. E passa, então, a privilegiar a diferença material entre mercadorias e serviços. Confunde forma material com forma social, como se a diferença material tivesse em si o poder de diferenciar trabalho produtivo e improdutivo, resvalando para a mistificação em que a relação social é tomada como coisa.

A diferença é que, para Marx, o trabalho produtivo é o que repõe o capital variável e produz mais-valia; o mesmo trabalho de qualidade determinada pode ser produtivo — se é comprado pelo capital para valorizá-lo — ou improdutivo, se é comprado pelo consumidor, com sua renda, para consumi-lo como valor de uso, não importando se este desaparece com a atividade da capacidade de trabalho ou se materializa em uma coisa. Por exemplo, o empresário de um teatro, de um bordel, compra a capacidade de trabalho dos atores, músicos, prostitutas etc. e, com a venda dos serviços por eles produzidos ao público, restitui o salário e obtém o lucro, embora o empresário seja pago com a renda do público, o que vale para todos os produtos que entram no consumo individual. Em outros termos, o caráter de trabalho produtivo não é definido pelo consumidor dos serviços, mas pelo empresário capitalista que emprega os trabalhadores que o realizam e, ao realizá-lo, repõem o capital variável e produzem mais-valia.

Esclarecendo: se por um lado, parte do trabalho improdutivo se corporifica em valores de uso materiais, que poderiam ser mercadorias vendáveis; por outro lado, uma parte dos meros serviços, que não assumem nenhuma configuração objetiva — que não obtêm, como coisa, uma existência separada do prestador de serviço e que não entram tampouco como parte constitutiva do valor de uma mercadoria —, podem ser adquiridos pelo comprador imediato da força de trabalho como capital e repor seu próprio salário e criar um lucro (Marx, 1977f: 150-151, v. I). Em síntese:

[...] a produção dos serviços pode ser subsumida ao capital da mesma maneira que uma parte dos trabalhos que toma corpo em coisas úteis é comprado diretamente com renda e não pode ser subsumida à produção capitalista (Marx, 1977f: 153, v. I).

As noções de trabalho produtivo e improdutivo dependem da explicação do valor e conseqüentemente da mais-valia. No sistema monetário e mercantil, a mais-valia se manifesta como dinheiro; entre os fisiocratas, como produto agrícola e, para Smith, simplesmente como mercadoria. Quando os fisiocratas se referem à substância do valor, ela se resolve como puro valor de uso (matéria), da mesma maneira que para os mercantilistas se resolve na pura forma do valor (dinheiro). Em Smith, são resumidas as duas determinações da mercadoria, como valor de uso e como valor de troca. O autor reage tanto aos fisiocratas, recolocando o valor do produto como essencial à riqueza burguesa, quanto aos mercantilistas, ao suprimir a forma fantástica — de ouro e prata — em que eles apresentam o valor, concepção segundo a qual toda mercadoria é, em si, dinheiro.

Quando se fala em mercadoria como *materialização do trabalho* — no sentido do seu valor de troca, — está se referindo apenas a um *modo de existência figurada, puramente social, que nada tem a ver com sua realidade corpórea*. A mercadoria é representada por uma determinada quantidade de trabalho social ou dinheiro, sendo possível que o trabalho concreto do qual é resultante não deixe nela qualquer marca, como é o caso do produto agrícola. Como a mercadoria é a forma mais elementar da riqueza burguesa, a explicação do “trabalho produtivo” como aquele que produz “mercadorias” corresponde a um ponto de vista muito mais elementar que a explicação do trabalho produtivo como o que produz capital (Idem: 160).

Assim, privilegiar a segunda concepção de Smith é cair nas armadilhas de tomar a produção capitalista como mera produção de mercadorias, destituindo as particularidades do capital como relação social e seu processo de reprodução. Essa concepção opera o reforço da mistificação do capital e o mundo de seus fetichismos, ao identificar o trabalho produtivo com a produção de *bens materiais*, em que o decisivo passa a ser o conteúdo do trabalho, ou seu resultado materializado em um objeto material, em detrimento da forma do trabalho assalariado realizado sob o comando do capi-

talista. Somente o trabalho organizado sob a forma de empresas capitalistas, comprado com o capital variável do capitalista e consumido pelo capital com a finalidade de gerar mais-valia é trabalho produtivo.

Não é demais reafirmar que o critério determinante que afirma o caráter de trabalho produtivo não é o conteúdo do trabalho ou sua qualidade determinada enquanto trabalho útil, mas sim sua forma de organização compatível com a produção capitalista, na qual se produz mais-valia para o empregador, transforma as condições objetivas de trabalho em capital, seu proprietário em capitalista e cria o seu próprio produto como capital. O critério é a forma social determinada assumida pelo trabalho ou as relações de produção sob as quais se realiza. Daí que o mesmo trabalho pode ser produtivo ou não, caso esteja ou não organizado sob a forma capitalista. Como já sustentou Marx, o trabalho improdutivo é aquele que se troca diretamente por *renda, isto é, salário e lucro*, incluindo, as categorias que participam, como sócios, do lucro do capitalista industrial, absorvendo, sob as formas de lucro comercial, juros e renda fundiária, partes da mais-valia social produzida.

O trabalho produtivo repousa na forma que o valor capital *assume na fase da produção como capital-produtivo*, distinta das metamorfoses que este valor sofre na *esfera da circulação como capital-mercadoria e capital-dinheiro* (Marx, 1985b, t. II, v. III), formas necessárias e constitutivas do ciclo de rotação do capital, cujo tempo de rotação envolve o tempo de produção e de circulação.

*O capital industrial é o único modo de existência do capital em que não só a apropriação da mais-valia, ou, respectivamente, do mais produto, mas ao mesmo tempo sua criação, é uma função do capital. Condiciona, por isso, o caráter capitalista da produção: sua existência implica a contradição entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Na medida em que se apodera da produção social, a técnica e organização social do trabalho são revolucionadas e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade. [...] Capital-monetário e capital-mercadoria, na medida em que aparecem em suas funções de portadores de ramos próprios de negócios, ao lado do capital, são somente modos de existência autonomizados e desenvolvidos unilateralmente pela divisão do trabalho, das diferentes formas de função que, dentro da circulação, o capital industrial ora adota, ora abandona* (Marx, 1985b: 43, t. II, v. III).

A indústria da comunicação — seja a indústria de transporte de mercadorias e pessoas propriamente ditas, seja a transmissão de informações, o envio de cartas telegramas etc. e, hoje, a comunicação virtual — constitui um dos ramos da indústria no qual o produto do processo de produção não é um novo produto material, não é uma mercadoria com existência autônoma. O seu resultado — que pessoas, informações e mercadorias sejam transportadas — é sua existência espacial modificada. O efeito útil só é consumível dentro do processo de produção, não existindo como coisa útil distinta desse processo, que só funciona como artigo de comércio após a sua produção. “Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) somados à mais-valia, criada pelo mais-trabalho dos trabalhadores empregados da indústria de transportes” (Marx, 1985b: 43, t. II, v. III). Também o consumo desse efeito útil é determinado como o das mercadorias: ao ser consumido individualmente, seu valor reaparece no consumo, e ao ser consumido produtivamente — enquanto um estágio da produção de mercadorias que se encontra em transporte — então seu valor é transferido, como valor adicional, à própria mercadoria. (Idem).<sup>30</sup>

Esse exemplo é muito importante tanto para desmistificar aqueles que só consideram o trabalho que se expressa em coisas materiais<sup>31</sup> e que opera

---

30. A fórmula para a indústria de transporte é  $D - M$  (meios de produção e força de trabalho).  $D - D'$ , já que é o próprio processo de produção, não um produto separável dele, que é pago e consumido.

31. Este é o lúcido teor da crítica de Singer a Mandel (1985) quanto à noção de trabalho produtivo e improdutivo. Segundo Mandel, no Livro II de *O Capital*, “Marx define o trabalhador produtivo como aquele que participa da produção de bens materiais e, assim, da produção do valor e da mais-valia” (1985: 283). E daí deriva que “se mesmo o trânsito de pessoas, organizado de forma capitalista, é improdutivo, então é de se supor que lavanderias, os concertos, os circos e a assistência médica e jurídica, organizados de forma capitalista sejam mais improdutivos ainda” (Idem: 283). Afirma Singer: “Nada do que Mandel cita de Marx, suporta esta conclusão. O que Marx sustentou foi que nem todo trabalho que se troca por capital (isto é, trabalho assalariado em empresa capitalista) é necessariamente produtivo. O que de modo algum significa que somente trabalho material seja produtivo [...]” “O essencial — e isso Marx não se cansa de repetir nas *Teorias da Mais-valia* (v. I) — é que o produto do trabalho social não precisa ser material para ser uma mercadoria. Para tanto, basta que tenha valor de uso e valor de troca. Mandel perde de vista esta determinação essencial e decreta que todo trabalho enquadrado no terciário (com a notória exceção do transporte de mercadorias) é improdutivo, o que leva inevitavelmente a uma série de falsas

uma transformação imediata da natureza, como para se pensar, hoje, a industrialização dos serviços, visto ser tendência do capital absorver todos os ramos de produção, submetendo-os à sua lógica de reprodução.

Certamente a esfera da circulação — o tempo de compra e venda — representa uma transferência do direito de propriedade, abstraída a transferência real do produto. Ocorre uma *mera transformação formal do valor do capital*, seu trânsito da forma dinheiro à forma mercadoria e vice-versa. O tempo de trabalho empregado nessas atividades é parte dos custos puros de circulação, necessários à *realização do valor*.<sup>32</sup> Portanto, ele não cria valor, ainda que seja necessário à metamorfose do valor do capital, que é parte de seu processo de reprodução, o qual inclui funções improdutivas. Constitui uma dedução da receita do capitalista, que para ele é um ganho positivo, pois reduz o limite negativo da valorização do seu capital.<sup>33</sup> A figura do comerciante, ao encurtar o tempo de compra e venda de muitos produtores, tem sua utilidade para a sociedade, que consiste em fazer com que parte menor da força de trabalho e do tempo de trabalho da sociedade seja utilizado em funções improdutivas. Nesse âmbito, o assalariado trabalha parte de seu tempo gratuitamente; todavia, o trabalho necessário e o trabalho excedente que executa não produzem valor — a sociedade não se apropria de nenhum produto ou valor excedente —, embora, por meio do tempo de trabalho necessário, seja transferido para ele parte do produto social sob a forma de salário (Marx, 1985b: 97, t. II, v. III).

Já os custos de conservação das mercadorias produzidas, originados no processo de produção e que continuam na circulação, têm seu caráter produtivo apenas “ocultado” pela forma de circulação: a formação de estoques em geral<sup>34</sup> e o transporte. E sintetiza Marx:

---

conclusões... mostrando o absurdo da tese, na verdade smithiana, de que a produção de valor dependeria da forma material assumida pelo produto do trabalho”. (Singer, 1985: XXVIII a XXX).

32. O mesmo se aplica aos custos de contabilidade e da mercadoria dinheiro que ingressam nos custos de circulação. (Marx, 1985b: 95-110, t. II, v. III).

33. “Custos de circulação que derivam da *mera mudança de forma do valor*, da circulação considerada idealmente, não entram no valor da mercadoria. As partes do capital nela gastos constituem meras deduções do capital gasto produtivamente, no que concerne ao capitalista. De *outra natureza são os custos de circulação que consideramos como custos de conservação*”. (Marx, 1985b: 100, t. II, v. III).

34. Explica os amplos investimentos que têm sido feitos pelas empresas capitalistas de redução do volume de estoque sob a forma de capital produtivo, materializado em políticas de “estoque zero” ou “kan-ban”.

A *lei geral* é que todos os custos de circulação que só se originam da transformação formal da mercadoria não lhe agregam valor. São apenas custos de realização do valor ou para sua conversão de uma forma à outra. O capital despendido nesses custos (inclusive o trabalho por ele empregado) pertence aos *faux-frais* da produção capitalista. A reposição dos mesmos tem que se dar a partir do mais-produto e, considerando-se a classe capitalista como um todo, constitui uma dedução da mais-valia ou do mais-produto, exatamente como, para um trabalhador, o tempo que precisa para comprar seus meios de subsistência é tempo perdido (Marx, 1985b: 109, t. II, v. III).

O caráter produtivo do trabalho é expressão do caráter produtivo do capital ou do capital na fase de produção, distinguindo-se do trabalho empregado pelo capital-mercadoria ou capital-dinheiro ou, mais precisamente, do capital na sua fase de circulação, ainda que ambas as fases de produção e circulação sejam necessárias à reprodução do capital. “O movimento das fases do capital determina as características do trabalho que eles empregam” (Rubin, 1987: 287).

Importa salientar, ainda, três aspectos sobre o trabalho produtivo e improdutivo. Em primeiro lugar, o trabalho realizado diretamente na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos, nada tem a ver com o trabalho produtivo, visto que não estabelece uma relação direta com o capital, não estando o trabalho a ele subsumido. Como diz Rubin (1987: 283):

[...] o trabalho do servidor público, da polícia, dos soldados, do sacerdote não pode ser relacionado a trabalho produtivo. Não porque este trabalho seja “inútil” ou porque não se materialize em “coisas”, mas porque está organizado segundo os princípios do direito público e não sob a forma de empresas capitalistas privadas.

Um exemplo, dado pelo autor, é elucidativo: os agentes da polícia rodoviária federal são trabalhadores improdutivos, mas se a proteção de passageiros e de cargas não fosse realizada pela polícia estatal, mas por agências privadas de transporte, que mantivessem a proteção armada através de trabalhadores empregados, os membros dessa agência seriam trabalhadores produtivos, pois as agências privadas estariam sujeitas às leis da produção capitalista (por exemplo, à lei de iguais taxas de lucro para todos os ramos da produção). (Idem). Já os trabalhadores das empresas estatais que

funcionam segundo as leis do capital são trabalhadores produtivos, como, por exemplo, é o caso da Petrobrás, no Brasil.

Em segundo lugar, não se considera produtivo apenas os trabalhos que satisfazem necessidades *materiais* (e não as chamadas necessidades *espirituais*). A natureza dessas necessidades não tem qualquer significado, como já considerava Marx, ao tratar da mercadoria: o caráter dessas necessidades, o de surgirem, por exemplo, do estômago ou da fantasia não interessa minimamente para esses efeitos. Marx remete a uma citação de Barbon: “Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo [...] a maioria [das coisas] tem seu valor de uso derivado da satisfação das necessidades do espírito” (Barbon, apud Marx, 1985: 45, t. I, v. I, nota 2). A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não diz respeito ao conteúdo, ao caráter de trabalho útil ou de seus produtos, sendo indiferente à sua natureza material ou imaterial. Aliás, *as manifestações do capitalismo no campo da produção imaterial* são objetos de referência explícita nos Apêndices das *Teorias da Mais-Valia*, nos quais se apontam duas possibilidades: a) a produção imaterial se traduz em mercadorias, em valores de uso que assumam uma forma distinta e independente dos produtores e dos consumidores, podendo ocorrer um intervalo entre produção e consumo, circulando neste tempo como mercadoria passível de ser vendida; b) a produção não é separável do modo de produzir (artistas, escritores, oradores, professores, médicos etc.). No âmbito dos serviços, a produção capitalista era reduzida a um grau mínimo na época de Marx, apresentando-se, de modo muito limitado, quando comparada com a produção material, algo distinto do que ocorre na atualidade com o crescimento dos serviços sob a órbita do capital. Todavia, Marx a considera: nos estabelecimentos de ensino, que são fábricas de ensino mantidas por empresários, o professor não é um trabalhador produtivo em relação aos seus alunos, mas o é em relação ao seu empresário; nas empresas teatrais, centros de diversões etc., espaços onde o ator, na relação ao público, comporta-se como um artista, mas na relação com seu empresário é um trabalhador produtivo. (Marx, 1980a: 381, v. I).

A análise completa-se com uma afirmativa esclarecedora, ao se admitir que todas as esferas da produção da riqueza material encontram-se subsumidas (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista, os traba-

lhadores são assalariados, e os meios de produção, uma forma de existência do capital:

Podemos, pois, admitir como característica do trabalho produtivo — isto é, dos trabalhadores que produzem para o capital, [o fato de] que seu trabalho se realiza como mercadorias, [em] riqueza material. Daí que o trabalho produtivo assume *uma segunda nota acessória, característica diferente de sua característica decisiva, a de ser de todo inteiramente indiferente ao conteúdo do trabalho e independente dele* (Idem: 380).

Em terceiro lugar, considere-se o modo de produção especificamente capitalista e o processo de produção na sua totalidade, em que muitos trabalhadores cooperam na produção de uma mesma mercadoria, tendo que variar consideravelmente a relação direta entre o trabalhador e o objeto da produção. Por exemplo, os peões de uma fábrica nada têm a ver com a elaboração da matéria-prima; os trabalhadores que vigiam aqueles diretamente encarregados dessa elaboração, encontram-se mais à margem; o engenheiro mantém uma relação distinta com a matéria-prima e trabalha só com a cabeça. Porém, o conjunto desses trabalhadores, constituído de forças de trabalho de diversos valores, produz um resultado — que se traduz numa mercadoria ou produto material — e todos juntos constituem a “maquinaria viva” de produção desses produtos, do mesmo modo que trocam seu trabalho por capital e reproduzem o capital como dinheiro do capitalista, isto é, o reproduzem como valor que se valoriza. Apesar de produzirem um produto comum, isto não impede que a relação de cada uma dessas pessoas individuais “seja uma relação entre um trabalhador assalariado e um capital, e, no sentido eminente, um trabalhador produtivo” (Marx, 1980a: 351, v. I). Todas essas pessoas não só intervêm diretamente na produção da riqueza material, mas trocam diretamente trabalho por dinheiro enquanto capital e reproduzem diretamente, além de seu salário, uma mais-valia para o capitalista. Seu trabalho está formado por trabalho pago e não retribuído. (Idem: 351, v. I).

O debate sobre a produtividade do capital — trabalho produtivo e improdutivo — é da maior importância para elucidar o significado do trabalho assalariado na sociedade presente, oferecendo as balizas fundamentais para, com fidelidade ao movimento da história e às transformações

ocorridas na expansão monopolista do capital, elucidar as transformações operadas no trabalho e na sociabilidade sob o comando do capital financeiro. Permite explicitar a origem da mais-valia no movimento do capital total, assim como o papel do trabalho sob uma forma social específica, o trabalho assalariado subordinado ao capital, na criação do trabalho excedente, que assume as formas de capital e renda. Esse é o pressuposto para se pensar a distribuição da mais-valia no interior da classe capitalista, que assume as formas de lucro, renda fundiária e juro. O percurso da análise, que se segue, privilegia outras dimensões da reprodução das relações sociais, com foco no monopólio capitalista da terra e sua valorização econômica e no capital que rende juros — o capital fetiche — congregando elementos que permitam a desmistificação da aparência com que se apresentam as relações sociais — e sua reprodução — na superfície da vida social.

## 2.2. *A propriedade capitalista e a renda fundiária*

As *relações de propriedade* articulam-se às *relações de trabalho* como meio de subordinar o trabalho. As diversas formas de organização do trabalho — e de participação em seus frutos — condicionadas pela distribuição dos meios de produção, expressam formas diferentes de relação com o empresário capitalista e proprietário territorial, articulando *sujeitos sociais distintos*.

A propriedade fundiária é um pressuposto histórico e fundamento permanente do regime capitalista de produção, comum a outros modos históricos de produzir. Entretanto, o capital cria a *forma histórica específica de propriedade que lhe convém, valorizando este monopólio na base da exploração capitalista, subordinando a agricultura ao capital*. Aí a propriedade privada adquire sua forma puramente econômica — despojando-se dos vínculos políticos e sociais anteriores —, na renda fundiária capitalista:<sup>35</sup> a forma como se realiza economicamente a propriedade territorial. A renda da terra constitui parte da *mais-valia social*, produzida pelo trabalho social assalariado no processo produtivo, que é apropriada pelos proprietários fundiários,

---

35. A complexa discussão sobre a renda territorial encontra-se em Marx (1985b, t. III, v. V). Ver também: Silva (1981); Martins (1980); Wanderley (1979b: 15-40) e Sallum (1982).

em decorrência do fato de disporem de um título jurídico da propriedade da terra. O que é típico da renda fundiária capitalista é ser resultado do *trabalho global da sociedade, e não resultado imediato do trabalho do produtor direto na agricultura, supondo a intermediação ativa do capital*. No sentido moderno, é o excedente do lucro agrícola sobre o lucro médio, fazendo com que o *preço regulador do mercado* (que repõe o capital constante e variável, além do lucro médio) *inclua a renda*. Nesse sentido, a renda da terra impede o nivelamento de capitais investidos na terra, interceptando parte da mais-valia, sob a forma de renda, que em outras circunstâncias seria canalizada para formar o nivelamento da taxa geral de lucro.<sup>36</sup> É o capitalista quem primeiro se apropria da mais-valia, *redistribuindo* uma parcela da mesma àqueles que detêm o monopólio de um bem natural não-reprodutível, pelo direito de submetê-lo à exploração produtiva no sentido capitalista. Permite, dessa maneira, que o trabalho agrícola se torne subordinado ao capital, embora o proprietário da terra, como agente classicamente autônomo, não interfira diretamente na produção. A terra passa a ser considerada como equivalente de capital e o título jurídico da propriedade assegura a captação da renda aos proprietários territoriais. A capitalização da renda fundiária constitui “o valor de compra ou o valor do solo, uma categoria *prima facie* irracional, exatamente como o preço do trabalho, já que a terra não é produto do trabalho, não tendo, portanto, nenhum valor. Sob essa forma irracional, esconde-se uma *relação real de produção*” (Marx, 1985b: 129, t. III, v. V). O que é escondido pela forma é o fato de que a renda capitalizada representa não o preço da compra do solo, mas da renda fundiária que proporciona, calculada de acordo com a taxa média de juros, sendo por ela regulada. Tal capitalização supõe a existência da renda fundiária. Isso porque a renda da terra é distinta dos juros, não-passível de ser com ele confundida, embora esse possa ser um componente estranho, adicional do total de rendimentos recebido pelo proprietário fundiário. Ora, na prática *aparece* como renda fundiária tudo que é pago em forma de dinheiro de arrendamento ao dono da terra, em troca da permissão do uso do solo, qualquer que seja sua fonte e seus componentes. Tanto os juros do capital

---

36. “A renda constitui então uma parte do valor — especificamente da mais-valia — das mercadorias, que em vez de reverter para a classe capitalista que a extraiu dos trabalhadores, é canalizada para os proprietários de terras que a extraem dos capitalistas” (Marx, 1985b: 234, t. III, v. V).

fixo incorporado ao solo podem estar embutidos no dinheiro do arrendamento, como este pode esconder também uma dedução do lucro médio ou do salário nominal. Porém, economicamente falando, tais componentes não constituem renda fundiária, embora na prática representem uma valorização econômica do monopólio do proprietário da terra.<sup>37</sup>

Assim sendo, o dinheiro empregado na compra de terras não funciona como capital: “é compra de renda, direito de extrair a renda da sociedade no seu conjunto. É renda capitalizada e não capital” (Martins, 1980). Essa renda é *antecipada* no ato da compra, mediante dinheiro subtraído do processo de produção. No ato de venda da propriedade territorial, aquela renda é integralmente revertida em capital. Revela-se a face do proprietário fundiário, escondida, muitas, vezes, sob a máscara do capitalista, especialmente quando estas duas *personae* se confundem no mesmo sujeito social, não se estabelecendo a clássica separação entre arrendatários capitalistas e proprietários fundiários,<sup>38</sup> como é o caso predominante na agricultura brasileira. Tal fato não elimina, entretanto, as formas distintas de riqueza criadas pelo capital, lucro e renda da terra, sendo esta última o único caso em que o capital cria

---

37. Marx distingue claramente a renda capitalista daquelas condições em que a renda existe *formalmente* sem que exista o modo de produção capitalista, citando o caso da Irlanda. “O arrendatário, aí, é, em regra, um pequeno camponês. O que ele paga ao proprietário da terra como arrendamento não só absorve com frequência parte de seu lucro, isto é, seu próprio mais-trabalho sobre o qual ele tem direito como dono de seu próprio instrumento de trabalho, mas, também, parte do salário normal que, em outras condições, ele receberia pela mesma quantidade de trabalho. Além disso, o proprietário da terra, que não faz nada aí para melhorar o solo, expropria-o de seu pequeno capital que ele em grande parte mediante seu próprio trabalho incorpora ao solo, exatamente como faria um usurário. Só que o usurário ao menos arrisca seu próprio capital nessa operação” (Marx, 1985b: 131, t. III, v. V).

38. Marx, analisando a origem do sobrelucro de um fabricante que emprega uma queda-d’água, demonstra que a maior força produtiva do trabalho por ele empregado não se origina do capital nem do trabalho, mas do emprego de uma força natural monopolizável e monopolizada, que só está à disposição daqueles que detêm uma fração do globo terrestre. Afirma que, nessas circunstâncias, o sobrelucro se transforma em renda fundiária, recaindo sobre o proprietário da queda d’água. E acrescenta: “Nada se alteraria na questão se o próprio capitalista se apropriasse da queda-d’água. Ele continuaria a receber o sobrelucro de 10 libras esterlinas, não como capitalista, mas como proprietário da queda-d’água, e exatamente porque esse excedente não se origina de seu capital enquanto tal, mas da circunstância de dispor de uma força natural separável de seu capital, monopolizável, limitada em seu volume, é que se transforma em renda fundiária”. (Marx, 1985b: 145, t. III, v. V)

um valor *diferente* de sua própria produção.<sup>39</sup> Sobre a fusão das duas personagens em uma mesma figura, Marx (1980) observa o seguinte:

Se o antigo proprietário da terra é rico, não necessita de nenhum capitalista para converter-se em proprietário moderno. Basta-lhe transformar seus trabalhadores em assalariados e produzir com vistas ao lucro ao invés de fazê-lo visando à renda. Em sua *persona* estão pressupostos o arrendatário e o proprietário territorial modernos. Que se modifique a forma em que recebe sua renda ou a forma em que paga o trabalhador, não é certamente diferença formal, mas supõe uma alteração total do modo mesmo de produção (da agricultura); têm, portanto supostos que se baseiam em determinado desenvolvimento da indústria, do comércio e da ciência, em suma, das forças produtivas (Marx, 1980b: 218-219, t. I).

Uma vez a agricultura dominada pelo capital industrial — e a mais-valia, a fonte corrente de renda —, a renda da terra é o resultado de relações sociais estabelecidas entre trabalhadores assalariados, capitalistas industriais, proprietários territoriais na produção e distribuição social da riqueza. A renda capitalista da terra é, assim, diferente das formas de rendas originárias — renda em trabalho, em produto ou dinheiro — que supõem uma apropriação imediata do sobretrabalho do produtor direto da parte daquele que explora economicamente a propriedade fundiária, em decorrência do insuficiente desenvolvimento da mercantilização da vida social.

---

39. Essa assertiva encontra-se clara e sinteticamente expressa nos *Grundrisse*: “En el mercado monetario el capital está puesto en su totalidad; en él determina los precios del trabajo, regula la fuente de producción, en una palabra, es fuente productiva; pero no sólo el capital como productor de si propio, sino al mismo tiempo como criador de valores debe poner una forma de riqueza o un valor especificamente diferente del capital. Esa forma es la *renta de la tierra*. Constituye el unico caso en el cual el capital crea un valor diferente del propio capital, de su propia producción. Tanto por la naturaleza, como historicamente, el capital es el creador de la moderna propiedad de la tierra, de la renta de la tierra; por ende su acción se presenta asimismo como disolución de la vieja forma de la propiedad de la tierra. La nueva surge a consecuencia de la acción del capital sobre la vieja. El capital — considerado bajo cierto aspecto — es el fundador de la agricultura moderna. En las relaciones económicas de la moderna propiedad de la tierra, lo que aparece como un proceso: renta de la tierra-capital — trabajo asalariado (la forma de la serie pode ser concebida de otra manera, como trabajo asalariado — capital-renta de la tierra, pero el capital debe parecer siempre como el principio activo), constituye por ende la estructura interna de la sociedad moderna, o el capital puesto en la totalidad de sus relaciones”. (Marx, 1980b: 217, v. I).

### 2.3. O capital fetiche

O caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro. O capital-dinheiro aparece, na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho. “O capital é agora coisa, mas como coisa capital. O dinheiro tem agora ‘amor no corpo’” (Marx, 1985b: 295, t. III, v. IV), como cita o Fausto, de Goethe. Aparece como fonte misteriosa, como coisa autocriadora de juro, *dinheiro que gera dinheiro (D – D’)*. *Obscurece as cicatrizes de sua origem, assumindo a forma mais coisificada do capital*, que Marx denomina de *capital fetiche*.<sup>40</sup> A relação social está consumada na relação com uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas *sua forma sem conteúdo*.

O juro e não o lucro aparece, pois, como *criação de valor* do capital, brotando do capital, portanto de sua mera propriedade. Daí o rendimento criado especialmente pelo capital. É nesta forma que também é concebido pelos economistas vulgares. Nesta desaparece toda mediação e se completa a *figura fetichista do capital*, assim como a representação do *fetichismo do capital*. Essa figura se cria porque a propriedade jurídica do capital se separa de sua propriedade econômica, porque a apropriação de uma parte do lucro, sob o nome de juros, afluí para um *capital em si* ou *proprietário do capital* inteiramente separada do processo produtivo (Marx, 1974: 274).<sup>41</sup>

---

40. Para esta breve síntese do pensamento de Marx sobre o capital portador de juros foram pesquisadas todas as obras do autor que tratam do assunto, a saber: *O Capital. Crítica da Economia Política* nos três tomos; *Teorias sobre la Plusvalia*, três tomos, especialmente os apêndices; “Revenue and It’s Sources. La Economia Vulgar” (p. 403-478). As citações desta obra foram feitas a partir da tradução para o português: “O rendimento e suas fontes. A economia vulgar”. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Col. Os Pensadores, v. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974: 265-328. Foram ainda consultados os fragmentos sobre o juro e o crédito constante nos *Grundrisse* e comentados por Rosdolsky (2001). Embora Marx analise o capital bancário, creio ser importante recuperar o pensamento de Marx quanto à *natureza* do capital portador de juros e seu *fetichismo*, além de suas importantes incursões sobre o *crédito* e o *capital fictício que fornecem chaves para se pensar a mundialização financeira e a lógica cultural do capitalismo tardio*.

41. Ao discutir a alienação da relação-capital na forma de capital portador de juros (Cap. XXIV) a mesma idéia é assim apresentada n’*O Capital*: “Aqui a *figura fetichista do capital*, e a con-

Importa lembrar que, embora a categoria juro seja mais antiga que o lucro, uma vez que a usura é a mais antiga “forma antediluviana do capital”, o papel que o capital a juros desempenha no capitalismo é *distinto* dos estágios pré-capitalistas. Conceder e obter empréstimo não é mero sinônimo de crédito, da mesma forma que trabalho não é sinônimo de trabalho industrial. Como relação de produção desenvolvida, o crédito se apresenta historicamente na circulação baseada no capital ou no trabalho assalariado. Pressupõe o pleno desenvolvimento da produção e circulação de mercadorias capitalistas, sendo um erro confundir capital que rende juros com sua forma antediluviana. Nas origens, o lucro é determinado pelo juro e, na sociedade burguesa, a relação se inverte: o juro é determinado pelo lucro, que deve ser suficientemente grande para que parte dele possa existir como juro. Tanto o juro como o lucro indicam *relações do capital*. Embora em sua forma aburguesada, adaptada ao capital, a usura seja uma forma de crédito, em sua forma pré-burguesa é expressão da *falta de crédito*.

O desenvolvimento da valorização do capital permite e torna necessário o desdobramento da taxa geral de lucro nas figuras autônomas do lucro e do juro, personificadas numa classe especial de capitalistas proprietários de capital-dinheiro e numa classe de capitalistas industriais, como pessoas juridicamente distintas que desempenham papéis diferenciados no processo de reprodução: um empresta e outro emprega o capital de forma produtiva.<sup>42</sup> Embora o juro seja simplesmente uma parte da mais-valia

---

cepção do fetiche-capital está acabada. *Em D-D’ temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura do capital portador de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução: a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução — a mistificação do capital na sua forma mais crua”* (Marx, 1985b: 294, t. III, v. IV).

42. Não importa que essas duas *personae* — o investidor de capital e o mero proprietário de capital monetário — se unifiquem no mesmo capitalista, que passa a receber o lucro e o juro do capital: “O capitalista que trabalha com capital próprio, assim como o que trabalha com emprestado, reparte seu lucro bruto em juro, que lhe cabe como proprietário, como prestamista de capital a si mesmo, e em ganho empresarial, que lhe cabe como capitalista ativo, em função. Assim, para esta divisão enquanto qualitativa, torna-se indiferente se o capitalista tem realmente que repartir com outro ou não. O aplicador de capital, mesmo que trabalhe com capital próprio, se decompõe em duas pessoas, o mero proprietário do capital e o aplicador de capital: seu capital mesmo com relação às categorias de lucro que proporciona, se decompõe em *propriedade* do capital *fora* do processo de produção, que proporciona juro em si e capital *dentro* do processo de produção, que como processante proporciona ganho empresarial”. (Marx, 1985b: 280, t. III, v. IV).

plasmada sob um nome especial, o juro se manifesta como criação de valor peculiar do capital enquanto tal, que emana dele independente do processo de produção, das relações sociais que imprimem à propriedade do dinheiro e da mercadoria, sua marca capitalista enquanto contraposta ao trabalho (Marx, 1980a: 410, v. III). Essa ossificação e autonomização de duas partes do lucro bruto em lucro e juro *aparecem* como se originassem de fontes essencialmente diversas: uma do processo de produção e outra do capital enquanto tal, sem mediação do processo de produção e de circulação. Todavia, *a mera divisão da mais-valia em lucro e juro não pode alterar a natureza, sua origem e as condições de sua existência* (Marx, 1985b: 284, t. III, v. IV; grifos nossos).

O juro *aparece* sob a forma jurídica de contrato, expressão do ato comum de vontades de seus participantes, cuja execução pode ser imposta a cada uma das partes pelo Estado. No entanto, *a forma jurídica do contrato não determina o seu conteúdo*. Ao entrar na circulação, o capital já realizado existente na forma material do dinheiro é *emprestado*, mantendo a relação original com seu proprietário. A *forma de empréstimo* é peculiar da circulação do capital como mercadoria: *a diferença específica do capital portador de juros. Trata-se de uma transação jurídica em que a propriedade não é cedida e nem há compra e venda*. Há cessão provisória de capital com posterior reembolso como capital realizado, isto é, valor acrescido de mais-valia sob a forma de juro. Ou seja, parte da mais-valia ou lucro é retirada da circulação sob a forma de juro, expressando uma distribuição da mais-valia entre pessoas diferentes. O juro expressa a valorização do capital, a possibilidade de apropriar-se de parcela do lucro médio que a propriedade do capital propicia ao capitalista monetário. Este aliena temporariamente o valor de uso do seu capital-dinheiro, ou seja, seu poder de funcionar como capital e produzir mais-valia — lucro médio — além de sua grandeza original, por meio de uma série de processos econômicos na relação com o capital industrial e comercial, que não adquirem visibilidade.

Entretanto, o juro aparece para o prestamista, de maneira mistificada, como “preço” do capital emprestado, assim como o “ganho empresarial” do capitalista em função aparece sob forma invertida, como decorrente de seu “trabalho” de dirigir o processo de produção e circulação: como “salário de superintendência”.

Considerado *qualitativamente*, o juro é *mais-valia* (trabalho não retribuído) que o mero título de propriedade sobre o capital proporciona ao seu proprietário, embora *apareça* separado do processo real de produção. Como o já explicitado, o juro se apresenta como criação peculiar que emana do capital e é a ele inerente, independente das relações sociais que atribuem o caráter capitalista à propriedade: *o poder de mando sobre o trabalho alheio*. Do ponto de vista *quantitativo* é *parte do lucro médio*, que tem que ser paga pelo capitalista industrial ao capitalista monetário. É, portanto, fruto da repartição do lucro médio entre o capitalista em funcionamento (lucro líquido) e o capitalista monetário (juro), sendo o juro determinado pela taxa geral de lucro e suas flutuações.<sup>43</sup> Contudo, a queda da taxa de juros se torna independente da taxa de lucro em alguns casos, como os dos rentistas que vivem do trabalho de seus antepassados e do desenvolvimento do sistema de crédito, tal como se verifica na atualidade, o que reforça o seu fetiche.

O juro, em si, expressa a mera existência das condições de trabalho enquanto *capital*, em sua oposição social e sua metamorfose em poderes pessoais frente ao tra-

---

43. Para Marx, quando se observam os ciclos de rotação do capital, a taxa de juros atinge seu nível mais elevado durante as crises, quando se tem que tomar dinheiro emprestado a qualquer custo. E os níveis mais baixos de juros ocorrem nos períodos de prosperidade ou de lucros extraordinários. “A taxa geral de lucro é determinada, na realidade: (1) pela mais-valia que o capital global produz, (2) pela relação entre essa mais-valia e o valor do capital global, e (3) pela concorrência, mas apenas na medida em que esta é movimento por meio do qual os capitais investidos em esferas particulares de produção procuram extrair dividendos iguais dessa mais-valia, proporcionalmente a suas grandezas relativas” (Marx, 1985b: 275, t. III, v. IV). Assim, a taxa de lucro não depende apenas da mais-valia, mas do preço de compra dos meios de produção, dos métodos produtivos acima da média, da economia do capital constante — que interferem no preço de produção —, além da astúcia e diligência dos capitalistas em vender seus produtos acima ou abaixo do preço de produção. A taxa de lucro do capital individual pode diferir, resultado da diferença entre o preço de mercado e o preço de custo. Já a *taxa de juros* é determinada pela *taxa geral de lucro* — *que só existe como tendência* — como movimento de equalização das taxas particulares de lucro, cujo movimento é concorrência entre os capitalistas e não pelas taxas específicas de lucro que possam imperar nos diversos ramos industriais e, menos ainda, pelo lucro extraordinário que o capitalista individual possa obter numa esfera particular de negócios. A taxa de mercado de juros, embora sempre flutuante, aparece em cada momento dada, constantemente fixada e uniforme como o preço de mercado da “mercadoria” capital portador de juro. Este, embora categoria absolutamente diferente da mercadoria, torna-se uma mercadoria *sui generis*. Assim, a taxa geral de juros é direta e imediatamente dada pela relação entre oferta e procura, apresenta-se sempre como tal, influenciada pelo mercado mundial e pela existência de capital portador de juro (cf. Marx, 1985b: 275, t. III, v. IV).

*balho e sobre ele.* Resume o caráter *alienado* das condições de trabalho em relação à atividade do sujeito. Apresenta a propriedade pertencente ao capital ou a simples propriedade do capital como meio de apropriar-se dos produtos do trabalho alheio, como domínio sobre o trabalho de outros. Mas apresenta esse caráter de capital na qualidade de algo que lhe cabe fora do próprio processo de produção e que de nenhum modo resulta da determinação específica deste próprio processo de produção. Mas em vez de apresentá-lo em oposição ao trabalho, o faz sem qualquer relação com ele, mero vínculo de um capitalista com outro. Portanto como uma determinação indiferente e extrínseca à relação do capital com o próprio trabalho (Marx, 1974: 298-299).

A existência do capital de empréstimo depende do processo de circulação do capital, que libera periodicamente quantias de capital dinheiro colocadas à disposição de outros capitalistas com a mediação do crédito. Este se apresenta como condição *sine qua non* ao fluxo ininterrupto do processo de produção — pois só aí é criada a mais-valia —, à redução do tempo de circulação e à ruptura de barreiras ao intercâmbio de indivíduos e entre povos, de modo a ampliar a capacidade de consumo das mercadorias produzidas. Baseia-se na necessidade de alargar e ultrapassar os obstáculos à circulação e à esfera do intercâmbio, além de mediar o nivelamento da taxa de lucro.

Como força propulsora da ordem capitalista e de seu processo de reprodução, todo o sistema de crédito, ao permitir manter separados os atos de compra e venda, estimula a especulação sem limites. O valor de mercado dos papéis de crédito é, em parte, especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas pela receita esperada, calculada por antecipação. Assim, o capital de empréstimo não estabelece relação apenas com o trabalho existente, mas sim com *o trabalho futuro* (alheio), como no caso das ações:

Como mando [sobre o trabalho], sua existência material [do capital] como dinheiro é indiferente e pode ser substituída por qualquer título. Assim, como ocorre com o credor do Estado, cada capitalista, no valor recém-adquirido, possui um mando sobre o trabalho futuro (alheio) e mediante a apropriação do trabalho presente se apropria, ao mesmo tempo, do trabalho futuro (Rosdolsky, 2001: 325).

Marx analisa o crédito comercial e bancário e o capital fictício, mostrando a origem do negócio bancário. Com o desenvolvimento do comércio do dinheiro, a administração do capital portador de juros torna-se função peculiar dos comerciantes do dinheiro. Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se um negócio especial dos administradores gerais do capital monetário. O negócio bancário concentra grandes massas de capital monetário e representa a centralização dos mutuários: fundos de reserva do produtor e do comerciante ou pagamentos que recebem; depósitos de capitalistas monetários; rendimentos a serem consumidos que são depositados nos bancos; e poupança de dinheiro inativo de todas as classes, que figuram pequenas somas que, unificadas em grandes massas, passam a formar um poder monetário. A composição do capital bancário inclui empréstimos (*crédito comercial*), que se realizam por meio de desconto de *letras de câmbio* e que se convertem em dinheiro antes de seu vencimento, por meio de adiantamentos via crédito pessoal, títulos públicos, saques acima dos depósitos e ações de toda espécie —, além de títulos públicos de valor (do Estado, do tesouro e ações de toda espécie).

A forma de capital portador de juros faz com que *cada rendimento monetário regular apareça como juro de um capital, quer provenha ou não de um capital*. No caso da dívida pública, o Estado tem que pagar aos credores o juro referente ao capital emprestado. O credor possui o título de dívida contra o Estado, que lhe dá direitos sobre as receitas anuais do Estado, produto anual dos impostos. Apesar desses títulos serem passíveis de compra e venda — pois as dívidas podem aparecer como mercadoria e meio de acumulação de capital —, o que se tem é *capital ilusório, fictício*, já que a soma emprestada ao Estado já foi despendida — mas não como capital — e já não mais existe, o que mostra o ápice da distorção do sistema de crédito. Contudo, para o capitalista credor, a parte que lhe cabe dos impostos representa o juro de seu capital. Por mais que essas transações se multipliquem, o capital de dívida pública permanece *fictício*: uma vez que os títulos da dívida pública se tornem invendáveis desaparece a aparência de capital. “Assim toda a conexão com o processo real de valorização perde assim o seu último vestígio e a concepção do capital como autômato, que se valoriza por si mesmo, se consolida” (Marx, 1985b: 11, t. III, v. V).

Outro contra-senso da concepção capitalista está em conceber salário como juro e a força de trabalho como capital que proporciona esse juro. Ao

invés de explicar a valorização do capital pela exploração da força de trabalho, esta se torna uma coisa mística, passando a ser concebida como capital portador de juro, uma concepção irracional, cara aos economistas vulgares. Parece ser esse o malabarismo que se atualiza hoje com os “fundos de pensão” que fazem com que a centralização das poupanças do trabalho assalariado, isto é, parte do trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho, atue na formação de capital fictício, como capitalização. Quem compra o título de propriedade recebe juros, fazendo com que todo o processo real de valorização perca seu último vestígio, consolidando-se a concepção do capital como autômato, que valoriza a si mesmo.

O crédito apresenta-se como *um novo elemento de concentração, da aniquilação de capitais individuais centralizados*. O crédito é a forma na qual o capital procura colocar-se como diferente dos capitais individuais e na qual o caráter social da produção capitalista encontra sua mais clara expressão. Contraditoriamente, o crédito, ao mesmo tempo, suprime os obstáculos à valorização e eleva-os à forma mais geral, criando períodos de superprodução e subprodução que se encontram nas raízes das crises do capital. Impulsiona a ordem capitalista na direção de sua forma suprema possível, aproximando-a de sua dissolução, para decepção dos “ilusionistas da circulação”.

Ainda mais insensatos, são os ilusionistas da circulação. Eles imaginam que, criando na esfera do crédito inovações capazes de anular o tempo de circulação, não só suprimiriam a interrupção do processo produtivo, exigida pela transformação do produto acabado em capital, mas tornariam supérfluo o próprio capital, pelo qual se intercambia o capital produtivo; querem produzir à base do valor de troca e, ao mesmo tempo, suprimir e exorcizar as condições necessárias da produção que repousa sobre esta base. O máximo que o crédito pode fazer quanto a isso — que se refere à mera circulação —, é salvaguardar a continuidade do processo produtivo, sempre e quando existam as demais condições para essa continuidade, ou seja, sempre que exista realmente o capital pelo qual se deve intercambiar etc. (Marx, apud Rosdolsky, 2001: 330).

O capital, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento,

aprofunda as desigualdades de toda natureza e torna, paradoxalmente, invisíveis as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Conduz à banalização do humano, resultante de sua indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. A reificação do capital — sua manifestação como sujeito não-humano coisificado na forma dinheiro, em que aparece numa relação consigo próprio, como motor de seu autocrescimento — ofusca os processos sociais reais mediadores de sua própria produção. Torna opaca sua natureza, tributária da coerção econômica ao trabalho excedente. A teoria social de Marx, ao apreender as leis de desenvolvimento e de transformação do modo capitalista de organização da vida em sociedade, é profundamente antecipatória dos desdobramentos históricos da expansão capitalista que, se tem componentes inéditos, também preserva e complexifica sua natureza determinante. As análises sobre o capital fetiche ilustram essa afirmativa.

O desafio que se impõe é, incorporando e extrapolando essa análise clássica, lançar os olhos para as particularidades históricas do presente, para decifrar, nos quadros da expansão imperialista, os liames entre capital fetiche e *questão social*.

### 3. Capital financeiro na expansão monopolista

A expansão monopolista provoca a fusão entre o capital industrial e bancário, dando origem ao domínio do *capital financeiro* (Lênin, 1976, t. V).<sup>44</sup> A concentração da produção e a expansão industrial transformam a competição em monopólio,<sup>45</sup> dando origem a um gigantesco processo de socia-

---

44. É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital e sua aplicação na produção, separar o capital monetário e o industrial produtivo, separar o rentista, que vive só de rendas procedentes do capital monetário, e o empresário e todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. *O imperialismo é o domínio do capital financeiro em seu mais alto grau, no qual esta separação adquire imensas proporções*. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas de capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação de destaque de uns quantos Estados, como potência 'financeira' entre todos os demais". (Lênin, 1976: 429, t. V).

45. Os monopólios datam de 1860, e os cartéis e trustes, do início do século XX (1900-1903). Privilegiamos a análise de Lênin, de 1916, sobre o imperialismo, visto que já incorpora as pesqui-

lização da produção — incluindo os inventos, o aperfeiçoamento técnico e mão-de-obra mais especializada —, que se choca com a apropriação privada. Nesse processo de monopolização verifica-se uma ampla concentração e centralização bancária. Pequenos bancos são absorvidos pelos grandes, passando a ser incluídos em seus grupos ou consórcios, e unidades antes independentes são subordinadas a um centro único, que funciona como um capitalista coletivo, congregando capitalistas antes dispersos. O sistema bancário mantém sua função de converter o *capital monetário inativo em ativo*, isto é, em capital que rende lucro ao reunir todo tipo de rendimento monetário a serviço da classe capitalista, inclusive os de pequenos proprietários e camadas dos trabalhadores. O capital bancário concentrado e centralizado passa a subordinar as operações comerciais e industriais de toda a sociedade. A estreita relação entre os bancos e as empresas industriais e comerciais consolida-se, estimulando sua fusão mediante a posse de ações e a participação de diretores bancários nos conselhos de administração das empresas e vice-versa, o que se completa com a presença de agentes governamentais.

Assim, o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. A gestão desses monopólios converte-se em *dominação da oligarquia financeira*, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos. Desdobra-se na monopolização da renda da terra pelo monopólio bancário e industrial, espraiando-se o domínio dessa oligarquia financeira para todas as dimensões da vida social, independente dos regimes políticos. Impulsiona-se, assim, a produção capitalista de mercadorias, aumentando os circuitos de troca nos mercados interno e externo, tornando inevitável o “*desenvolvimento desigual, aos saltos, das distintas empresas e ramos da produção, da indústria e de diferentes países*” (Lênin, 1976: 431, t. V). O excedente de capital produzido não é canalizado para elevar o nível de vida das grandes massas populacionais dos países, mas para aumentar os lucros mediante a exportação de capitais do estran-

---

sas de J. A. Hobson (de 1902) sobre o tema, assim como a polêmica com R. Hilferding (de 1910) sobre o capital financeiro.

geiro aos países mais atrasados, onde o capital é mais escasso, os salários mais baixos, o preço da terra relativamente menor e as matérias-primas abundantes e baratas.<sup>46</sup> Países exportadores de capital e, com eles, as associações monopolistas (cartéis, consórcios e trustes) tendem a realizar a repartição econômica e política do mundo segundo seus interesses, entrelaçados com os monopólios do Estado, por meio de uma “política colonial”. Subordinam conjuntamente os povos e Estados Nacionais, mesmo aqueles dotados de independência política, transitoriamente aprisionados em uma rede de dependência financeira e diplomática.

A tese de Lênin é a de que o imperialismo é uma fase peculiar e superior do capitalismo. Ela surge em continuidade e em decorrência do desenvolvimento, em mais alto grau, das propriedades fundamentais do capitalismo. Algumas de suas características essenciais se transformam na sua antítese, materializando-se em traços de transição para uma estrutura econômica e social mais elevada. Verifica-se a substituição da livre competição — característica da produção de mercadorias em geral — pelo monopólio: *o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo*. Sinteticamente, são seus traços essenciais: a concentração da produção e do capital em elevado grau, criando os monopólios que passam a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; a fusão do capital bancário com o industrial, com domínio da oligarquia financeira; a exportação de capitais (distinta da exportação de mercadorias), que passa a assumir maior relevância; a presença de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que, junto com as potências imperialistas, realizam uma repartição do mundo. O capital industrial não é a característica determinante dessa etapa do desenvolvimento capitalista, mas sim o capital financeiro e a vitalidade das grandes potências em suas aspirações de hegemonia. Essas traduzem a luta para “apoderar-se de territórios não tanto diretamente para si, mas para debilitar o adversário e quebrar sua hegemonia”, realizando uma substancial integração entre economia e política. Contraditoriamente, o capitalismo de monopólios gera a tendência à estagnação e à sua decomposição, sendo o Estado

---

46. “Quanto mais desenvolvido o capitalismo, tanto mais sensível à insuficiência de matérias-primas, tanto mais árdua é a competição e a busca de fontes de matérias-primas em todo o mundo, mais violenta é a luta para a aquisição de colônias” (Idem: 453), o que se atualiza, hoje, nas guerras impulsionadas pelo Império.

rentista, o Estado do capitalismo parasitário. O imperialismo afeta todas as condições sociais e políticas dos países, assim como o movimento operário e suas lutas.

A fase do imperialismo clássico desdobra-se, a partir da década de 40 do século XX e, mais particularmente, após a Segunda Guerra Mundial, em um desenvolvimento ulterior da expansão monopolista, que Mandel chama de “capitalismo tardio”.<sup>47</sup> Este mantém, no desdobramento da história “concreta” do capitalismo contemporâneo, as características fundamentais destacadas por Lênin e as leis básicas do movimento do capital anunciadas por Marx, sendo que a *busca de superlucros* torna-se o estímulo principal do crescimento da produção. As flutuações das taxas de lucro resultam em ondas longas com tonalidade expansiva e/ou de estagnação na tensão entre superacumulação e crise e depressão.<sup>48</sup>

Esses elementos são suficientes para se passar aos desdobramentos, na história presente, dos dilemas da *questão social* no marco da mundialização do capital sob a hegemonia das finanças.

---

47. Mandel desenvolve uma análise multicausal do capitalismo monopolista no pós-guerra, a partir de uma “concepção do modo de produção capitalista como uma *totalidade dinâmica*, na qual a ação recíproca de *todas* as leis básicas de desenvolvimento se faz necessária para que se produza um resultado específico. Esta idéia implica, em certa medida, que *todas* as variáveis básicas desse modo de produção possam, parcial e periodicamente, desempenhar o papel de variáveis autônomas [...] Estas seis variáveis abrangem os seguintes itens centrais: a composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular (o que também inclui, entre outros aspectos, o volume do capital e sua distribuição nos setores), a distribuição do capital constante ente o capital fixo e circulante [...]; o desenvolvimento da taxa de mais-valia; o desenvolvimento da acumulação (a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital; e as relações de troca entre os dois Departamentos”. (Mandel, 1985: 252-26). Ou seja, o departamento que produz os elementos do capital constante (Depto. I) e o que produz os elementos do capital variável e o consumo improdutivo de mais-valia (Depto. II). O autor sustenta a tese de que a história do capitalismo e, ao mesmo tempo, a história de suas regularidades internas e contradições em desdobramento só pode ser explicada e compreendida como uma função recíproca dessas seis variáveis.

48. Para um aprofundamento do pensamento de Mandel na literatura do Serviço Social, conferir Behring (1988).